Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 19

JORNAL JÁ - PORTO ALEGRE - RS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP
VILSON ROMERO/ Voto da discórdia no Carf . . . 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Prazo para declarar o IR começa amanhã . . . 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Defesa de Bolsonaro diz que ele vai devolver joias . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Planalto recebeu encontros secretos em dias de devassa contra rivais de Bolsonaro . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Arcabouço fiscal aguarda palavra de Lula, diz Haddad . . . 13

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Pacote de Haddad completa dois meses sob riscos no Congresso . . . 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Prefeitos contra fim de imposto municipal . . . 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Taxa máxima para consignado do INSS será de 1,70% ao mês . . . 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Governo quer programa de passagem aérea a R$ 200 . . . 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Presidente da Previ defende a governança da fundação . . . 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SERVIDOR PÚBLICO
Passagem está 26% mais cara que na pré-pandemia . . . 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Impacto de até 20% no PIB . . . 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad quer votar reforma até outubro e descarta recriar CPMF . . . 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lira não fixa prazo, mas quer reforma no 1º semestre . . . 30

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1° EDIÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma tributária não diminuirá a arrecadação municipal, promete Haddad a prefeitos 31

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad tira o setor produtivo do armário 32

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
A retomada do pacto federativo (Editorial) 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Crédito tributário será incentivo no Desenrola 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
Mulheres na indústria (Artigo) 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Quebra de banco pode mudar trajetória dos juros nos EUA e Brasil 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Governo dos EUA põe dinheiro na mesa para conter pânico (Artigo) 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Mercado já vê inflação em 5,96% no ano, diz Focus 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Crise bancária nos EUA reabre debate sobre juros 47

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Efeitos do QE em novo cenário monetário (Artigo) 49

VILSON ROMERO/ Voto da discórdia no Carf

Vilson Antonio Romero (*)

Talvez você nunca tenha ouvido falar no **Carf**, mas esse é um dos assuntos que deve movimentar a pauta política no Congresso, nesta quaresma, além do chamado arcabouço ou âncora fiscal e a eterna ladainha da **reforma tributária** (agora vai, dizem os otimistas!).

Unificando três Conselhos (Primeiro, Segundo e Terceiro - cada um com sua abrangência tributária), o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) foi criado pela Medida Provisória n°. 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei n°. 11.941/2009.

Integrando o Ministério da Fazenda, é o colegiado responsável por julgar, em segunda instância, ainda na esfera administrativa, os processos de cobrança de **tributos** (**impostos** e contribuições) administrados pela **Receita Federal**.

São 130 conselheiros, distribuídos em seções, turmas e câmaras, especializados em espécies de **tributos**, com divisão meio a meio entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes, estes indicados pelas confederações empresariais, e sendo presidido por um Auditor Fiscal.

Num dos primeiros atos do atual governo, foi editada a Medida Provisória n°. 1.160/23, que, entre outras providências, reverte legislação anterior, restabelecendo o chamado "voto de qualidade ou de desempate" em prol da fazenda pública.

Isso significa que quando há posicionamentos conceituais e de enquadramento sobre eventual aplicação de sanção tributária ou acerca de determinado fato gerador, com equilíbrio entre as partes, o representante da fazenda pública desempata, em favor da União, por óbvio.

Ao contribuinte litigante cabe ou liquidar seu passivo tributário, atualizado monetariamente, ou judicializar a autuação efetuada pela **Receita Federal**.

Desde 2009, sempre havia sido assim, até que um "jabuti" foi inserido na Lei n°. 13.988/2020, "virando" esse posicionamento, nos seguintes termos: " Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade (.), resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte".

Essa determinação legal encaminhou para centenas de decisões favoráveis aos devedores, num perda bastante elevada de arrecadação, num conselho que tem mais de R$ 1 trilhão de processos a serem julgados. Com o agravante de que, sendo perdedora, a União não pode recorrer ao Judiciário, encerrando-se aí o litígio. Segundo o ministério da Fazenda, a mudança na legislação fez disparar o estoque de processos acumulados no **Carf**, de R$ 600 bilhões, em dezembro de 2019, para mais de R$ 1 trilhão em outubro de 2022.

Com a mudança proposta na MP, estima-se que a União poderia ter ganho fiscal de R$ 50 bilhões em 2023, sendo R$ 15 bilhões de forma permanente, por uma "mudança de cultura" no próprio **Carf**, avaliam as autoridades.

Pois os representantes do "Senhor Mercado", tributaristas e confederações empresariais estão bradando contra essa nova "virada no jogo", inclusive com ações judiciais no STF. É matéria polêmica que ainda será debatida e deliberada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Tentando mitigar a divergência, o ministro da Fazenda firmou acordo com a OAB no sentido de que permaneça o voto de desempate com a União, mas que se permita ao contribuinte perdedor liquidar seus débitos com expressiva redução das cominações legais. Há especialistas questionando esse acordo, por entenderem ser um evidente incentivo ao chamado "planejamento tributário abusivo" ou até à inadimplência, sem isonomia aos demais contribuintes devedores de menor porte. Matéria na pauta. Com a palavra, os parlamentares federais e, por fim, o presidente da República na sanção ou veto do texto aprovado.

.....

(*) jornalista e auditor fiscal, conselheiro da ABI, membro da Diretoria Nacional do Dieese e presidente no DF da Pública Central do Servidor

VILSON ROMERO

Site: https://www.jornalja.com.br/colunas/vilson-romero-voto-da-discordia-no-carf/

Prazo para declarar o IR começa amanhã

Fernanda Strickland

O prazo para envio da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2023 (IRPF) da **Receita Federal** começa às 8h de amanhã e vai até a meia noite de 31 de maio, quando os lotes de restituição começam a ser liberados. A instituição espera receber entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Entre as novidades deste ano, estão: a declaração pré-preenchida que estará disponível para os contribuintes desde o início da temporada, a restituição através do Pix, a declaração da bolsa de valores e a faixa de isenção, que começará a valer em 2024.

Com o intuito de minimizar erros e oferecer maior comodidade ao contribuinte, a declaração pré-preenchida foi a novidade para facilitar a vida dos brasileiros, visto que o sistema da Receita traz, automaticamente, informações que eram preenchidas manualmente. Entretanto, de acordo com a instituição, ainda cabe aos contribuintes verificar as informações, alterar ou excluir os dados, se necessário. A expectativa da instituição é que o uso do documento alcance a facilidade de 25% dos contribuintes.

Dentro do serviço, a plataforma "Meu Imposto de Renda" sofreu alterações, permitindo que uma pessoa física ou representante legal do contribuinte tenha acesso ao aplicativo de declaração pré-preenchida, por meio de procuração eletrônica. Além disso, pessoas autorizadas pelo proprietário, como dependentes e demais familiares, podem acessar os documentos por meio de um novo recurso denominado "Autorização de Acesso".

Neste caso, a funcionalidade está disponível apenas para usuários com conta digital no portal Gov.br que tenham nível ouro ou prata. A autorização permite acesso a todos os serviços disponíveis na plataforma, como declarar, retificar, ver pendências e gerar Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e etc. Porém, vale ressaltar que a habilitação é válida apenas para um CPF, que pode ser autorizado por até cinco pessoas. A procuração eletrônica continua valendo para pessoas físicas e jurídicas sem exigir conta no Gov.br, limitar datas, pessoas ou serviços.

O modelo pré-preenchido da declaração estará disponível tanto no Programa Gerador de Declaração (PGD), via computador, quanto pela solução Meu Imposto de Renda, online ou em aplicativo para iOS ou Android. O uso do sistema é estimulado pela Receita.

Para o contador Marcelo Zanqueta, especialista em redução de carga tributária, da Equilíbrio Contabilidade e Soluções Empresariais Ltda, a declaração pré-preenchida é uma proposta muito boa. "Desta forma é muito mais fácil, é muito mais dinâmica, porque ele já traz as informações que todos os órgãos competentes informam para o governo", disse. "Por exemplo, o banco, se você tem algum investimento, se você teve algum dividendo, se você teve algum rendimento não tributável, é informado. A fonte pagadora do seu salário também informa. Enfim, é uma série de informações, todas juntas, que facilitam bastante", pontuou.

RESTITUIÇÃO POR PIX

Quem optar por receber a restituição do Imposto de Renda por meio do Pix, ou usar o modelo de declaração pré-preenchida, terá prioridade na devolução dos valores. Quem indicar o Pix como meio de receber a devolução do IR só não passará à frente de integrantes dos grupos prioritários, como idosos e professores. Só será aceita, porém, a chave cadastrada com o CPF do contribuinte.

A Receita informou que o Pix poderá ser usado, também, para recolher o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), para aqueles que tiverem imposto a pagar. Segundo Mario Dehon, subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento do órgão, a utilização do Pix foi uma forma de facilitar para o contribuinte. Segundo ele, há muitos erros ao informar sua conta corrente. Se utilizado o PIX, isso não acontecerá. Entretanto, para que possa indicar o PIX, a chave do contribuinte deverá ser, necessariamente, o seu CPF (não poderá ser e-mail ou telefone).

"Quando coloca o recebimento de restituição por PIX, isso eliminaria erros de informações bancárias que são gigantes. Parece que é uma coisa impossível, mas o cara errou a própria conta bancária. Os senhores não fazem ideia da quantidade desses erros", acrescentou Dehon.

"Facilitar o processo de preenchimento e entrega da declaração é uma constante", reforçou o responsável pelo programa do Imposto de Renda 2023, José Carlos da Fonseca. Ele comentou sobre a importância do avanço da oferta da declaração pré-preenchida,

que, na sua opinião, permitirá que um maior número de brasileiros seja beneficiado com essa alternativa. "É necessário um processo tecnológico pesado para consolidar todas as informações", afirmou Fonseca.

INVESTIMENTOS

Outra novidade é que somente proprietários de ações que fizeram vendas em valor superior a R$ 40 mil em 2022, ou tiveram lucro com operações desse tipo, são obrigados a declarar. No ano passado, qualquer pessoa que possuísse ações era obrigada a entregar a declaração. Segundo a **Receita Federal**, a proposta do novo critério - que restringe a declaração a valores superiores a R$ 40 mil - visa facilitar a vida do investidor da Bolsa de Valores, especialmente, os iniciantes.

Outro ponto levantado como motivação para a novidade é a exclusão de uma parcela da população que aplica muito pouco na Bolsa. Segundo a Receita, dados da B3 - a Bolsa brasileira - mostram que houve um acréscimo de 17,5% de investidores em 2022, mas que 80% deles começam com menos de R$ 1 mil reais.

FAIXA DE ISENÇÃO

A faixa de isenção do IRPF será ampliada de R$ 1.903,98 para R$ 2.112,00, sendo permitida dedução simplificada mensal de R$ 528. Não haverá qualquer retenção na fonte para essa faixa de renda, ou seja, o contribuinte não terá que esperar a declaração no ano seguinte para pedir a restituição do que foi retido. Isso significa que a pessoa que ganha até R$ 2.640 não pagará nada de Imposto de Renda nem na fonte, nem na declaração de ajuste anual - e quem ganhar acima disso pagará apenas sobre o valor excedente.

O desconto de R$ 528 é opcional, ou seja, quem tem direito a descontos maiores pela legislação atual (Previdência, dependentes, alimentos) não será prejudicado. A ampliação da faixa de isenção e o desconto simplificado de R$ 528 atendem àqueles que ganham até dois salários mínimos, sem reduzir demasiadamente a tributação das faixas mais altas de renda. Para quem ganha R$ 10 mil, por exemplo, não valerá a pena o desconto simplificado de R$ 528, já que suas deduções atuais são maiores. A isenção começará a valer em 2024 (ano-base 2023).

O contador Marcelo Zanqueta, ressaltou que quem ganha até R$ 1.903,98 por mês está isento de declarar imposto de renda. "Porém essa condição é apenas se for a única fonte de renda com registro. Ou seja, ela não deve declarar imposto em cima disso, mas só tomar cuidado se ela não estiver inserida em outras situações que a fazem entregar imposto", afirmou. "Depende se ela movimentou ações na Bolsa de valores, se ela tem patrimônio maior R$ 40 mil", explicou.

Segundo o governo federal, a faixa de isenção será reajustada a partir de 1° maio, quando começa a vigorar o novo salário mínimo. Portanto, estarão isentos do pagamento de Imposto de Renda quem ganha até R$ 2.112, a partir de maio de 2023. Entretanto, a isenção de R$ 2.640 não foi esquecida pelo governo, um desconto automático vai ajudar estes contribuintes.

Quem recebe até R$ 2.640 também terá uma certa isenção no Imposto de Renda, a partir de maio de 2023. O governo aplicará um desconto automático de IR de R$ 528 sobre os salários dos trabalhadores. Portanto, quem recebe mensalmente até R$ 2.640 também deixará de pagar Imposto de Renda. O desconto de R$ 528 é por conta da chamada declaração simplificada do Imposto de Renda e será opcional. Enfim, quem ganha até R$ 2.640 não pagará nada de Imposto de Renda, nem na fonte, nem na declaração de ajuste anual, e quem ganhar acima disso pagará apenas sobre o valor excedente, a partir de maio de 2023.

QUEM DEVE DECLARAR?

De acordo com a Receita, deve declarar o Imposto de Renda em 2023 o cidadão residente no Brasil que recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 no ano, ou cerca de R$ 2.380 por mês, incluindo salários, aposentadorias, pensões e aluguéis; que recebeu rendimento isento, não tributável ou tributado exclusivamente na fonte acima de R$ 40 mil; e que obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto.

Em relação àqueles que efetuaram operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, ficam obrigados apenas quem, no ano-calendário, realizou somatório de vendas, inclusive isentas, superior a R$ 40 mil; e operações sujeitas à incidência do imposto.

No que diz respeito à atividade rural, também deve declarar o cidadão que obteve receita bruta em valor superior a R$ 142.798,50; que pretenda compensar, no ano-calendário de 2021 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2021; e que tinha, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300 mil.

"Facilitar o processo de preenchimento e entrega da declaração é uma constante. É necessário processo

tecnológico pesado para consolidar todas as informações"

José Carlos da Fonseca, responsável pelo programa do IR 2023

"Quando coloca o recebimento de restituição por Pix, isso eliminaria erros de informações bancárias que são gigantes. Parece que é uma coisa impossível, mas o cara errou a própria conta bancária"

Mario Dehon, subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/03/2023/p1

NOVAS REGRAS DO LEÃO

Os contribuintes devem ficar atentos aos novos critérios estabelecidos pela Receita Federal neste ano para as declarações do Imposto de Renda (IRPF) 2023 (ano-base 2022)

INVESTIMENTOS NA BOLSA DE VALORES

- Deve apresentar a declaração do IR quem realizou vendas de ativos na Bolsa de Valores, a B3, cuja soma foi superior a R$ 40 mil em 2022 (ou quem apurou ganhos líquidos sujeitos à incidência do imposto).
- Até o ano passado, era obrigado a declarar quem tivesse qualquer valor aplicado em ações.

RESTITUIÇÃO POR PIX

- Outra novidade é a prioridade no pagamento da restituição aos contribuintes que optarem por receber por Pix, o sistema de transações instantâneas do Banco Central.
- O Pix também poderá ser usado para pagar o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no caso de quem tiver imposto a recolher.
- Idosos, professores e pessoas portadoras de deficiência já são contribuintes prioritários no recebimento da restituição.

DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA

- Para este ano, a opção da declaração pré-preenchida já estará disponível no início do prazo da entrega, em 15 de março — diferentemente de anos anteriores. Segundo a Receita, isso foi possibilitado com a alteração da data de início do envio do documento. A declaração pré-preenchida vem com os principais dados do ano anterior gravados e proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte, segundo a Receita.

Vencimento das cotas para quem tiver IR a pagar:

- Até 10/5 – Opção pelo débito automático da 1ª cota ou cota única.
- Até 31/5 – Vencimento da 1ª cota ou cota única.
- Até 31/5 – Darf da destinação aos fundos tutelares da criança, dos adolescentes e da pessoa idosa.
- Último dia útil de cada mês — vencimento das demais cotas, até a 8ª cota em 28/12.

CALENDÁRIO DE RESTITUIÇÕES

As restituições do IR ocorrerão nas seguintes datas:

- 31/5 – Primeiro lote
- 30/6 – Segundo lote
- 31/7 – Terceiro lote
- 31/8 – Quarto lote
- 29/9 – Quinto e último lote

NOVA FAIXA DE ISENÇÃO

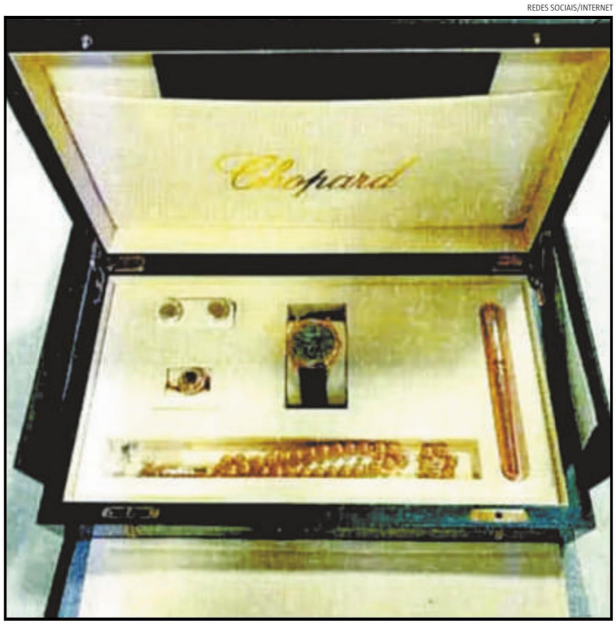
- A tabela de alíquotas e faixa de isenção subiu de R$ 1.903,98 para até dois salários mínimos este ano, mas o novo valor só será válido para as declarações de 2024.

Fonte: Receita Federal

Pacífico/CB/D.A Press

Defesa de Bolsonaro diz que ele vai devolver joias

REDES SOCIAIS/INTERNET



Ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu do governo da Arábia Saudita um estojo com artigos de luxo

Thiago Bonna

As joias e acessórios de luxo que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu do governo da Arábia Saudita e juntou ao seu acervo pessoal serão entregues ao Tribunal de Contas da União (TCU), segundo informações passadas pela defesa dele à Polícia Federal. Os bens foram dados durante visitas oficiais de comitivas do governo federal àquele país. Os advogados do ex-presidente pedem que o TCU seja responsável pela tutela até que o caso seja resolvido.

"Considerando, ainda diante do quanto ventilado nos veículos de imprensa, (A defesa) vem também informar que nesta data peticionou junto ao Tribunal de Contas da União, requerendo que os bens objeto de representação naquela Corte de Contas, os quais, ao que parece, seriam os mesmos objeto da dita investigação nesta Delegacia de Polícia Federal, sejam depositados naquele juízo, até ulterior decisão acerca dos mesmos", colocou a defesa em petição entregue à PF.

Relógio, abotoaduras, anel, caneta e uma mosbaha (uma espécie de rosário islâmico) avaliados em aproximadamente R$ 500 mil são alguns dos itens que integrantes do Reino Saudita presentearam a uma comitiva brasileira que esteve no país do Oriente Médio em 2021. Bolsonaro, durante entrevista a CNN Brasil, confirmou ter ficado com o estojo de joias. De acordo com ele, a incorporação ao patrimônio pessoal foi feito de forma legítima. "Não teve nenhuma ilegalidade. Segui a lei, como sempre fiz", afirmou ele. Os itens teriam sido enviados ao departamento de documentação do Palácio do Planalto. No mesmo dia, os acessórios foram encaminhados para o presidente e, em seguida, foi passado ao acervo pessoal dele.

A legislação vigente determina que "os objetos recebidos em cerimônias oficiais de troca de presentes com chefes de Estado e de governo são considerados patrimônio da União". Fica permitido que o presidente, ao deixar o cargo, pode integrar ao patrimônio pessoal "itens de natureza personalíssima ou de consumo direto, como roupas, alimentos ou perfumes. Presentes oferecidos por cidadãos, empresas e entidades".

COLAR No início do mês, uma comitiva do então ministro de Minas e Energia do governo Bolsonaro, Bento Albuquerque, tentou ingressar ilegalmente no Brasil com outro conjunto de joias, estes avaliados em R$ 16,5 milhões. Os bens foram apreendidos pela **Receita Federal**, no aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo, com o militar Marcos André dos Santos Soeiro, assessor do ministro, na viagem realizada em outubro de 2021 ao Reino da Arábia Saudita.

Um colar, anel, relógio, par de brincos de diamante foram recolhidos até que fossem pagos 50% sobre o valor do produto, mais 25% de multa pela tentativa de entrada ilegal. O assessor do ministro tentou entrar no país pela fila do "nada a declarar". A legislação brasileira determina que itens vindos do exterior, avaliados acima de mil dólares, sejam declarados à Receita.

Albuquerque afirmou para os agentes da aduana que os itens de luxo seriam presentes destinados à então primeira-dama Michelle Bolsonaro. A versão foi mantida recentemente ao ser indagado pela imprensa. Ele tentou se valer do cargo para tentar recuperar as joias, mas não foi bem-sucedido.

Ao longo do governo Bolsonaro, o então presidente tentou reaver as joias em diversas oportunidades. Os ministérios da Economia e das Relações Exteriores também foram acionados para tentar facilitar o ingresso dos bens em território brasileiro. Tentativas

que foram igualmente frustradas.

Há poucos dias do final do mandato de Bolsonaro, no dia 28 de dezembro de 2022, o sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva foi à alfândega do aeroporto de Guarulhos tentar "retirar um material". O militar saiu de Brasília em um voo das Forças Armadas Brasileiras (FAB) para cumprir a missão. No local, ele alegou "urgência" para tentar retirar as joias. Ao ouvir a negativa do funcionário da aduana, Jairo alegou que devido a mudança de governo - o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomaria posse no dia 1° de janeiro - os bens teriam que ser retirados. "Isso aqui faz parte da passagem, não pode ter nada do (governo) antigo para o próximo. Tem que tirar tudo, tem que levar, não pode", afirmou o militar.

IRONIA A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro usou suas redes sociais para comentar e ironizar as críticas pela tentativa de Jair Bolsonaro ter tentado liberar a entrada das joias no Brasil de forma não usual. "Quer dizer que, "eu tenho tudo isso" e não estava sabendo? Meu Deus! Estou rindo da falta de cabimento dessa imprensa vexatória", escreveu partilhando uma imagem da chamada da matéria.

Caso as joias sejam declaradas parte do acervo do Estado, elas deverão ficar na Presidência da República. Se foram consideradas presente, Jair Bolsonaro terá que desembolsar cerca de R$ 12,3 milhões em **impostos** e multas para a **Receita Federal**.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/03/2023/p1

Planalto recebeu encontros secretos em dias de devassa contra rivais de Bolsonaro

O então presidente Jair Bolsonaro na 16ª Reunião do Conselho de Governo, em 16 de julho de 2019; Augusto Heleno é o antepenúltimo do lado direito da mesa Marcos Corrêa - 16.jul.2019/Divulgação Presidência da República

Ranier Bragon brasília

O então chefe da inteligência da **Receita Federal** foi ao Palácio do Planalto na véspera de iniciar uma devassa ilegal em dados sigilosos de desafetos de Jair Bolsonaro (PL), em 2019, e voltou ao local no dia em que concluiu o trabalho, indo especificamente ao gabinete de Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Nesses dias, não há na agenda pública oficial de Bolsonaro ou do general Heleno registro de compromisso com Ricardo Pereira Feitosa, que coordenou o setor de Pesquisa e Investigação do Fisco de maio a setembro de 2019.

Planilhas do sistema de entrada e saída do Planalto, obtidas pela Folha via Lei de Acesso à Informação, mostram que o então chefe de inteligência da Receita entrou pela primeira vez no local no dia 9 de julho de 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro (2019-2022). Os documentos, porém, não informam o destino específico.

No dia seguinte, 10 de julho de 2019, Feitosa fez nas bases da Receita os primeiros acessos ilegais e copiou em PDF dados fiscais sigilosos do então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem (coordenador das investigações do caso das "rachadinhas", cujo alvo principal era Flávio Bolsonaro, filho do presidente), do ex-ministro Gustavo Bebianno e do empresário Paulo Marinho.

Seis dias depois, em 16 de julho de 2019, Feitosa fez novo acesso ilegal aos dados de Bebianno e Marinho nas bases do Fisco, vasculhando também os dados da mulher do empresário, Adriana Marinho.

Às 17I145 deste mesmo dia, 16 de julho, o então chefe na Receita voltou ao Planalto, mas dessa vez as planilhas registraram que ele teve como destino o gabinete de Heleno, um dos ministros mais próximos a Bolsonaro.

Como mostrou a Folha, Feitosa acessou os dados fiscais sigilosos do chefe do Ministério Público do Rio e dos desafetos da família Bolsonaro sem que houvesse nenhuma motivação formal para isso, atitude que não é permitida pela lei.

A Receita abriu uma investigação interna em2020 e o caso está atualmente na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com a recomendação de demissão de Feitosa do serviço público. A decisão cabe ao ministro Fernando Haddad.

Os dados do sistema de registro de entradas e saídas do Planalto obtidos agora pela Folha mostram que Feitosa entrou nove vezes na sede do governo com registro na portaria, no período em que chefiou a inteligência do Fisco.

Em três dessas ocasiões há menção de que o destino era o gabinete de Heleno, mas nas outras seis não foi informado destino específico no palácio.

As primeiras vezes que o chefe da Receita ingressou pela portaria do Planalto foram justamente nos dias 10 e 16 de julho de 2019. No dia 10, as agendas públicas de Bolsonaro e de Heleno não registram encontros com Feitosa. No dia 16, data em que o chefe da Receita praticamente concluiu os acessos ilegais que faria nas bases do Fisco, a entrada de Feitosa no Planalto ocorreu às 17I145.

De acordo como documento, seu destino foi o gabinete de Heleno e, 5 minutos e 8 segundos depois, às 171151, ele deixou o Planalto.

No dia 16, a agenda oficial pública de Heleno afirma que ele participou das 8h às 17I134 de reunião do Conselho de Governo, presidida em parte por Bolsonaro. Ou seja, pelos registros oficiais, ele te-ria deixado a reunião 11 minutos antes da chegada de Feitosa ao seu gabinete.

De acordo com as investigações posteriores feitas pela Receita, Feitosa faria após o dia 16 só mais um acesso ilegal de dados sigilosos, em 18 de julho,

relativo a Paulo Marinho.

Ao todo, o então chefe da inteligência da Receita vasculhou e fez cópias de dados dos desafetos de Bolsonaro em quatro sistemas sigilosos: o de Imposto de Renda, um que reúne ativos e operações financeiras de especial interesse do Fisco, um de comércio exterior e uma plataforma integrada alimentada por 29 bases de dados.

Cerca de um ano depois dessa devassa, a defesa de Flávio Bolsonaro mobilizou vários órgãos do governo do pai justamente sob a afirmação de que havia um esquema de acesso ilegal de seus dados fiscais, o que teria embasado relatório que deflagrou o caso das "rachadinhas".

A partir de agosto de 2020, advogados do filho do presidente se reuniram, entre outros, com o GSI de Heleno e com a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), comandada por Alexandre Ramagem, para tratar do assunto.

Naquele período, a Receita também mobilizou por quatro meses uma equipe de cinco servidores para apurar a acusação de Flávio, mas ao final afirmou não ter encontrado indícios nesse sentido.

As outras duas vezes em que há registro de entrada de Feitosa no Planalto para ida ao GSI são em 18 e 19 de setembro de 2019, poucos dias antes de sua exoneração do cargo.

No dia 18 a agenda pública de Heleno registra reunião com Bolsonaro pela manhã. No dia 19, três reuniões: com Bolsonaro, depois com integrantes da Escola Superior de Guerra e, por fim, com o desembargador Carlos Brandão e o chefe da Abin, Alexandre Ramagem. Não há nesses dois dias menção a Feitosa.

A reportagem localizou apenas uma agenda pública em que o nome de Feitosa aparece. Trata-se de um encontro no GSI em 18 de junho entre ele, Heleno e o então secretário da Receita, Marcos Cintra. Nesse dia Feitosa não aparece nos registros de entrada e saída da portaria do Planalto, podendo ter ingressado por outro local, como a garagem.

OUTRO LADO

Heleno diz não se lembrar de encontro fora da agenda

Augusto Heleno afirmou que nunca teve conhecimento de acessos ilegais na **Receita Federal** de dados sigilosos de desafetos de Bolsonaro.

Ele disse que o encontro registrado em sua agenda com Feitosa e o então secretário da Receita, Marcos Cintra, em junho de 2019, foi possivelmente uma visita de cortesia. "Sempre tive ótimo relacionamento com o dr. Marcos Cintra. Fora isso, o GSI é a cabeça do Sistema Brasileiro de Inteligência", afirmou.

Sobre as idas de Feitosa ao Palácio do Planalto e ao GSI no período em que o chefe da inteligência da Receita promovia a devassa contra adversários do presidente, Heleno afirmou não se lembrar. "Não me lembro dele nem do que o teria levado ao meu gabinete. Pode ter sido recebido por qualquer dos meus adjuntos." A Folha não obteve resposta de Frederick Wassef, advogado de Bolsonaro. A defesa de Feitosa não respondeu.

Cintra disse desconhecer os acessos do subordinado e afirmou que o encontro de junho com Feitosa no gabinete de Heleno ocorreu para que fosse apresentado ao ministro.

"Não me lembro dele [Ricardo Pereira Feitosa, então chefe de inteligência da Receita] nem do que o teria levado ao meu gabinete. Pode ter sido recebido por qualquer dos meus adjuntos" Augusto Heleno ex-ministro do GSI

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50215

Arcabouço fiscal aguarda palavra de Lula, diz Haddad

Fernando Haddad: "Entendo quando o ruído faz preço, mas deveria ser menor; tensão ficou muito elevada"

Matheus Schuch, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nessa segunda-feira (13) que a pasta já finalizou a proposta de novo arcabouço fiscal e agora apenas aguarda a última palavra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para divulgá-la.

Depois de recentemente apresentar o novo marco a alguns poucos economistas de outros ministérios, acrescentou, sua intenção é apresentá-lo nesta semana a Lula e ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

As declarações foram feitas durante o evento "E agora, Brasil?", realizado pelos jornais Valor Econômico e "O Globo", com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e suas federações. Durante o painel, ele também demonstrou otimismo com os efeitos da **reforma tributária** sobre o **PIB** e a eficiência econômica do país.

"Na semana passada, apresentamos para poucos economistas de outras pastas, para não vazar.

Vai vazar uma hora, mas do jeito certo", disse. O ministro disse acreditar, ainda, que ao longo do governo haverá menor impacto de "ruídos" no mercado, pois a direção estará mais clara.

"Entendo quando o ruído faz preço, mas deveria ser menor. A tensão ficou muito elevada, estamos pagando o preço de uma transição que não foi bem feita", disse. "Essas falas mal elaboradas vão perder importância ao longo do processo. Considero natural o que aconteceu [turbulências] e meu papel é um pouco esse, explicar e ouvir muito." Para o ministro, a **reforma tributária** dará ao país um "choque de eficiência" ao simplificar o sistema tributário e facilitar a vida econômica do país. "O choque de eficiência que ela vai dar na economia brasileira não é possível estimar, de tão grande que será. Fala-se de 10% a 20% de choque no Produto Interno Bruto [**PIB**]. Mas nós vamos facilitar muito a vida dos investidores, dos trabalhadores e do poder público", afirmou. "Todos os prazos estão sendo calibrados para que a gente tenha um pouso suave e uma transição suave, mas que impacte o contribuinte." O ministro minimizou a preocupação de prefeitos e governadores sobre o efeito da aprovação da **reforma tributária** na arrecadação dos entes subnacionais.

Ele entende que "já mudou o clima" entre parte dos gestores sobre o tema.

Haddad admitiu que há resistências em torno da reforma, mas acredita que as vencerá com diálogo e transparência. O receio de municípios com a perda de ISS, por exemplo, poderá ser driblado, pois o impacto não seria tão significativo, argumentou.

"Só o que vai para municípios [de ICMS] é quase o dobro do que todo o ISS arrecadado", disse.

"Colocando na conta do lápis, você afasta o fantasma." Haddad explicou que o governo quer implementar uma transição que pode durar até 40 anos, para que o novo modelo seja acomodado.

A ideia está "ganhando impulso", disse, porque aos poucos o debate está evoluindo.

A expectativa do ministro é que o texto seja votado na Câmara entre junho e julho e no Senado de setembro a outubro. Ele assegurou que não está em discussão no governo a volta da CPMF.

"A reforma será neutra do propósito de arrecadação, não pretendemos aumentar imposto sobre consumo", pontuou, acrescentando que os **tributos** devem recair mais sobre a renda.

Para Haddad, o governo de Jair Bolsonaro "não quis votar a **reforma tributária**" e teria a aprovado, caso apoiasse a medida. O problema, argumentou, é que o então ministro da Economia, Paulo Guedes, estava "obcecado com ideia do imposto único", o que não tinha capacidade de prosperar.

O ministro ainda antecipou que a **Receita Federal** deve anunciar em breve novidades sobre a regulação do mercado de ouro no Brasil.

Ao encerrar sua participação, ele afirmou que apostará no diálogo para vencer uma agenda "complexa" que exige medidas que nem sempre são fáceis. O cenário do país só vai melhorar, afirmou, com crescimento econômico. "Não podemos continuar crescendo 1% ao ano", disse, apelando a investidores para que vejam o Estado como parceiro em um projeto de desenvolvimento.

"É com crescimento que se acomodam as tensões." Mais tarde, em um evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Haddad analisou que "estão criando fantasmas" sobre a **reforma tributária** porque a substituição do ISS e de outros **tributos** por um IVA não significará menor receita para os municípios.

"Quando proponho o IVA, que pode ser dual ou não, é um tributo transparente, justo e simples", frisou.

"O IVA não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios; 90% vão ficar exatamente no mesmo lugar, pois será cobrado no destino". A fala ocorreu após uma série de críticas de prefeitos.

"Queremos reindustrializar o país, e esse setor será beneficiado, sim", afirmou. "Essa reforma tem impacto de 20% do **PIB**; está indo no caminho certo, qualquer economista sabe."

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Arcabouço fiscal aguarda palavra de Lula, diz Haddad

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187491?page=1&section=1

Pacote de Haddad completa dois meses sob riscos no Congresso

Victoria Azevedo

O pacote apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para melhorar as contas públicas completou nesta semana dois meses desde o anúncio em meio a dificuldades de articulação do governo . Os problemas vêm gerando alertas à equipe econômica quanto aos riscos de desidratação das medidas no Congresso -e a consequente frustração da melhora das contas públicas prometida pelo ministro.

As dificuldades nas negociações ocorrem em um momento considerado crucial para Haddad, já que o governo apresenta neste mês a proposta de regra para substituir o teto de gastos -que também depende de aprovação dos parlamentares. O tema é um dos mais aguardados pelo mercado, por interferir de forma direta nas expectativas quanto à sustentabilidade fiscal do país ao longo dos próximos anos.

O cenário é observado em meio à tentativa de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formar uma base sólida de apoio no Legislativo, em especial na Câmara dos Deputados . Até o momento, o petista tem apoio firme de menos da metade do total de integrantes da Casa.

Parlamentares ouvidos pela Folha reconhecem a atuação do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) nas negociações, em movimentos como encontros com bancadas, liberação de emendas e nomeações nas estruturas de governo. Mesmo assim, avaliam que é preciso dar mais celeridade ao processo.

Entre os itens do pacote apresentado por Haddad em 12 de janeiro , o que mais gera apreensão no momento é a MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**) -tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a **Receita Federal**. O instrumento faz com que, em casos de empate, um representante do governo decida sobre o tema.

Diante do risco de derrota, o governo já havia costurado um novo texto em acordo com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) . Mas o assunto não é dado como encerrado por deputados, e no próprio Ministério da Fazenda há dúvidas quanto à aprovação da medida nos moldes negociados.

As MPs do governo têm força imediata de lei, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso em até quatro meses -caso contrário, perdem a validade.

À Folha , líderes afirmam, sob reserva, que causou mal-estar o Congresso ter sido alijado das negociações entre governo e OAB, e dizem que é preciso discutir outros pontos da MP. Do jeito que está, dizem, ela será derrubada.

Até mesmo deputados da base do governo apresentaram emendas para acabar com o voto de qualidade do **Carf**. Eles defendem que, em caso de empate no julgamento, o resultado seja favorável ao contribuinte (como funciona desde 2020).

"O equilíbrio das contas públicas caminha, necessariamente, pela reorganização de despesas obrigatórias, redução de subsídios e incentivos fiscais setoriais e na instituição de arcabouço fiscal saudável. Não é medida adequada ao fim desejado -aumento de arrecadação- o retorno do voto de qualidade pró-Fisco", disse o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo, em emenda apresentada contra a MP (na verdade, o voto de qualidade pode ser tanto pró-Fisco como pró-contribuinte).

Um cacique do centrão afirma, no entanto, que há margem para diálogo com o Executivo na tentativa de se encontrar um meio termo.

Segundo relatos, o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) , ficou insatisfeito por ter sido escanteado nas negociações sobre a MP. Em conversas com aliados, Lira disse que o acordo não deve ser levado em consideração pelo Congresso, que tem autonomia para decidir o tema.

O presidente da Câmara também deixou clara sua insatisfação em reunião com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo , na semana passada.

Ciente dos problemas na relação, o presidente Lula se reuniu com Lira na última quinta-feira (9) e, segundo participantes do jantar, disse que todos os ministros do governo estão à disposição para conversar e esclarecer todos os assuntos.

Apesar dos impasses e diante da falta de base parlamentar aliada ao governo, o presidente da Câmara está dando tempo para o Planalto se organizar na Casa. Ele tem colocado pautas menos polêmicas para votação no plenário e intermediou acordos de interesse do governo para a distribuição das comissões.

Lideranças parlamentares, no entanto, avaliam que a boa vontade de Lira pode se esgotar em breve, e as primeiras derrotas para o governo podem sair entre março e abril.

Em encontro com empresários na segunda passada (6), o presidente da Casa disse que Lula não tem votos no Congresso para aprovar reformas econômicas . Ele afirmou que o petista precisa de tempo para se estabilizar internamente, organizar uma base parlamentar e encontrar um rumo para tocar suas pautas.

"Teremos um tempo também para que o governo se estabilize internamente. Porque hoje o governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples -quanto mais matérias de quórum constitucional", disse Lira.

"Temos um governo que foi eleito com margem de votos mínima e que precisa entender que temos Banco Central independente, agências reguladoras, Lei das Estatais e um Congresso com atribuições mais amplas e que isso precisa ser negociado com bom senso, muita conversa, amplitude, clareza, mas com rumo, rumo que precisamos definir agora em março", afirmou.

Por outro lado, parlamentares afirmam ainda que outro impasse a ser superado e que incide no andamento das matérias de governo gira em torno da disputa entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o retorno das comissões mistas que analisam as MPs.

Desde fevereiro, Pacheco articula com lideranças partidárias o retorno das comissões mistas. A medida agrada senadores, que têm reclamado que recebem as medidas com pouco tempo para análise, perto de caducar, com a demora da Câmara em votar as propostas.

O presidente da Câmara, no entanto, é contrário ao retorno de imediato. Parlamentaresafirmam que a cúpula da Câmara defende que as comissões sejam instaladas somente em agosto.

Na prática, essa estratégia dá mais poder a Lira, que mantém a indicação dos relatores das medidas provisórias e define o ritmo das votações.

Como a Folha mostrou, o impasse foi tratado em reunião entre Lula e Lira na quinta . O governo tem interesse em superar essas divergências.

Dentre as MPs assinadas por Haddad há dois meses, também corre risco de ser derrubada a que transfere o Coaf (Controle de Atividades Financeiras) do Banco Central para o Ministério da Fazenda.

A MP dos combustíveis também pode ser modificada, o que, conforme mostrou a Folha , já fez o governo traçar a estratégia de postergar ao máximo sua votação .

Se uma MP não for aprovada no prazo de 45 dias, tranca a pauta de votações da Casa em que se encontra até que seja votada ou perca sua validade.

A última MP, mais consensual, exclui o ICMS da base de cálculo dos créditos de contribuição para o PIS e Cofins.

O governo depende do Congresso para garantir quase metade do pacote fiscal de Haddad (que geraria R$ 242 bilhões em melhora para as contas públicas caso fosse integralmente implementado).

De acordo com a Fazenda, as alterações no **Carf** geram um total de R$ 50 bilhões neste ano. O aproveitamento de créditos do ICMS, R$ 30 bilhões. E a MP que reonera os combustíveis, R$ 28 bilhões.

O governo pretende, com as medidas, diminuir o déficit primário de 2023, estimado inicialmente em 2,16% do **PIB** (Produto Interno Bruto), para menos de 1%.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/pacote-de-haddad-completa-dois-meses-sob-riscos-no-congresso.shtml

Prefeitos contra fim de imposto municipal

Kelly Hekally Especial para o Correio

Em evento iniciado ontem, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) levantou o debate público contra a intenção do governo federal de pôr fim ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que é municipal. Secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy defende abolir a arrecadação.

A FNP, por sua vez, afirma que gestores estão preocupados com o impacto orçamentário nos cofres públicos de municípios. Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju e presidente da entidade reconduzido ao cargo nessa segunda-feira, comandou o debate sobre o assunto. O tema também é alvo de ressalvas entre governadores. Hoje, integrantes da FNP têm encontro marcado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As proposições que estão sendo discutidas no Congresso não incluem a continuidade do ISS. A Proposta de Emenda Constitucional 45/2019 (PEC 45/2019), discutida no Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária**, trata do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), modelo de unificação de **impostos**. O formato vem sendo defendido arduamente pelo governo. Caso o IVA se consolide, arrecadações como ISS serão enterradas.

No evento, durante a Mesa Fazendária: **Reforma Tributária** - proposta Simplifica Já, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se disse aberto ao diálogo, mas fez ponderações com relação ao pedido da instituição de apreciação da PEC 46/2022, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que participou da agenda.

A proposta preserva os atuais **tributos** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ISS, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), mas unifica suas respectivas legislações. O modelo é o defendido pela FNP, mas ficou fora da seleção prévia do Executivo no momento de escolher as matérias em tramitação na Câmara e no Senado para levar a **reforma tributária** adiante. O ICMS - segundo o texto apresentado ao final do ano passado pelo senador, porém sem encaminhamento - teria cargas diferentes em cada estado, mas seria regulado por uma única lei.

Diálogo

Haddad defendeu o diálogo com a FNP e prefeitos sobre o que está proposto na PEC 46, mas fez críticas com relação à pauta. "O ISS representa 1% em 33% da carga tributária. De 70% a 80% desse recurso vão ficar exatamente onde estão. Estamos falando de R$ 1 a cada R$ 100 arrecadados, que podem mudar de mão em 40 anos. Isso não pode inviabilizar a reforma. A gente precisa ter noção de escala para não errar na calibragem da reforma", disse a jornalistas em sua saída do evento. Sobre o fundo regional intencionado por governadores dentro da **reforma tributária**, o ministro respondeu que "está no nosso radar para criar", referindo-se à Fazenda.

Oriovisto Guimarães criticou o formato desejado pela Fazenda. "Se essa PEC não aumentar os **impostos**, será maravilhoso, mas não basta chegar aqui e dizer que não vai aumentar. Mas vai aumentar muito. Vai aumentar as despesas, porque os serviços vão ficar mais caros", argumentou. Houve ressalva do parlamentar, também, acerca da possibilidade de transferência da tributação sobre bens para o setor de serviços, retirando arrecadações que a preço de hoje são municipais.

Em peso

Além de Haddad, ministros e parlamentares da base compareceram à 84ª Reunião Geral da FNP. Camilo Santana, titular da pasta da Educação, anunciou o reajuste do transporte escolar. O gestor, porém, não citou valores e período do aumento. Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, participou da agenda, a última do dia, que somou 94 parlamentares.

Durante o lançamento da Bancada da FNP no Congresso Nacional, Padilha falou sobre as relações institucionais entre o governo federal e os prefeitos e defendeu a **reforma tributária** pensada pela Fazenda.

Questionado pelo Correio sobre a base lulista na Câmara e no Senado para aprovar proposições legislativas relevantes ao Executivo, o ministro disse que "está tudo muito tranquilo" e que "não havia cabresto" do governo nas Casas.

Padilha sinalizou estar ciente de que as votações com o Palácio do Planalto vão passar pela independência de partidos que optaram por não declarar apoio indistintamente a Lula. Nesse grupo, MDB, PSD e União Brasil são os de maiores pesos para aprovar projetos de interesse governista.

Os ministros Márcio França (PSB-SP), de Portos e Aeroportos, e Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e da Cidadania, também participaram. Ambos chegaram para o encerramento com o vice-presidente e titular da pasta de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Em declaração breve, Alckmin defendeu a relevância da política municipalista e fez contraponto à proposta da FNP de discutir um texto que não sejam os escolhidos pelo governo. "A reforma não é para tirar dinheiro de ninguém. Busca simplificação, redução de custos e eficiência econômica", apontou Alckmin, afirmando também que nenhum ente da Federação vai perder receita com a tributária.

Sei da preocupação da **reforma tributária**, não é para tirar dinheiro de ninguém, mas reduzir custos. Podem ter certeza que a arrecadação vai crescer para os municípios com a **reforma tributária**" Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

Cinco perguntas para...

Eduardo Paes (PSD-RJ), prefeito do Rio de Janeiro O encontro deixa muito claro que o debate sobre tributária não está agradando aos prefeitos...

É obvio que todo mundo é a favor da **reforma tributária**, mas ninguém quer perder.

Há um esforço de simplificação.

A mensagem é importante.

Os municípios têm um conjunto de responsabilidade, mas acho que a abertura do debate é o mais importante.

O ministro destacou que os municípios vão ser ouvidos, até porque ele foi prefeito da maior cidade do Brasil. Ele sabe a realidade dos municípios.

Então, acho que foi muito produtivo o encontro.

A ideia do encontro, então, foi chamar o debate sobre o tema?

Claro. Nada se esgota aqui.

É uma reforma que vai exigir muito de todos os atores políticos do Brasil, porque a **reforma tributária** mexe com a vida das pessoas.

Acha viável concentrar a discussão da tributária na PEC 46?

Para mim, tanto faz, desde que seja uma **reforma tributária** benfeita, está bom.

Como está o diálogo com o governador Cláudio Castro a respeito do assunto?

O diálogo está ótimo. Está se encaminhando.

Acredita que será possível aprovar a tributária no primeiro semestre?

Espero ansiosamente que sim. (KH)

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/14/all.pdf

Taxa máxima para consignado do INSS será de 1,70% ao mês

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem uma redução da taxa de juros para os empréstimos consignados contratados por aposentados e pensionistas do **INSS**. A proposta havia sido apresentada pelo governo federal.

O novo limite de juros nessa categoria será de 1,70% por mês, para um número estimado de 37 milhões de segurados. Na prática, esse será o limite autorizado para as instituições financeiras realizarem a cobrança dos juros na folha de pagamento dos que solicitaram os empréstimos. Até então, o patamar mensal estava definido em 2,14%.

O colegiado também aprovou redução para os juros no cartão de crédito consignado. O novo teto será de 2,62%. O valor até agora estava fixado em 3,06%. O Conselho conta com representantes do governo, aposentados, empresas e trabalhadores.

Reivindicação dos sindicatos de aposentados, a redução dos juros para a categoria já havia sido defendida pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, que também é presidente do Conselho. Em entrevista ao GLOBO, no início do mês, Lupi tinha dito que levaria a questão ao colegiado.

Segundo o ministro, "a taxa cobrada hoje é alta". Ele citou a **inflação** do ano passado de 6% para justificar a afirmação: - Isso é muito injusto com a área mais carente da sociedade. A taxa do consignado varia entre 1,80% e 2,14% ao mês. A garantia do próprio salário diminui quase 100% o risco -afirmou Lupi na ocasião.

O Ministério da Previdência estima que 8 milhões de beneficiários do **INSS** já têm algum contrato ativo no consignado.

Segundo o ministério, 18 milhões de segurados já atingiram a margem de 45% do salário para ter acesso ao empréstimo. O governo quer reduzir essa margem de uso e levar o tema para a próxima reunião do Conselho.

CRÉDITO DE BAIXO RISCO A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma, em nota, que o teto do juro para o empréstimo foi de 1,80% ao mês para 2,14% no momento em que a Taxa Selic estava em 9,25% ao ano e, "agora com a Selic de 13,75% ao ano, o teto foi reduzido para 1,70%." "O setor financeiro já havia se manifestado - e agora reitera a posição - junto ao Ministério da Previdência, **INSS** e a outros interlocutores no governo, afirmando que, neste momento, considerando os altos custos de captação, eventual redução do teto poderia comprometer ainda mais a oferta de empréstimo consignado e do cartão de crédito consignado." Segundo a Febraban, as duas linhas de crédito consignado do **INSS** (empréstimo e cartão) têm um saldo de R$ 215 bilhões, com 7,6 bilhões de concessões em janeiro. Do total de tomadores do consignado do **INSS**, 42% são pessoas negativadas, diz a federação.

Segundo João Carlos Gonçalves, secretário-geral da Força Sindical, ao qual o Sindicato Nacional dos Aposentados está filiado, a redução dos juros atende a uma reivindicação antiga dos aposentados e pensionistas, já que é uma linha de crédito que tem desconto diretamente no rendimento do segurado, portanto de baixo risco: -A decisão atende a uma reivindicação dos aposentados e pensionistas, preocupados com os juros abusivos. A questão do consignado já foi algo positivo, por manter juros baixos para os trabalhadores e, depois, para os aposentados. É um desconto automático, sem risco de o banco perder alguma coisa. Por isso, sempre defendemos que os juros sejam bem baixos.

A medida foi aprovada com 12 votos a favor e três contra, mas os juros menores só começarão a valer quando a instrução normativa formalizando as novas taxas for publicada no Diário Oficial da União. O ministério não informou o prazo para publicação.

Colaborou Cássia Almeida

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1fb26df7d870338000004

Governo quer programa de passagem aérea a R$ 200

ANDRE COELHO/ARQUIVO

Proposta. Segundo o ministro Márcio França, passagens poderão ser pagas em até 12 prestações de R$ 67

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, anunciou ontem que o governo vai lançar um programa para tentar reduzir o preço das passagens aéreas de **servidores públicos**, aposentados do **INSS** e estudantes. A ideia é que o custo dos bilhetes não passe de R$ 200 o trecho, com ocupação de vagas ociosas.

Segundo a assessoria do ministro, para aderir ao programa "Voa, Brasil", que deve entrar em operação apenas no segundo semestre, os servidores não poderão ganhar mais do que R$ 6.800. O Brasil está perto de alcançar a marca de 90 milhões de passagens emitidas ao ano, mas apenas 10 milhões de CPFs emitem esses bilhetes.

-A ideia é buscar alguém que já tenha vínculo conosco: servidor público, aposentados, pensionistas, estudantes que tenham Fies. Todos poderão se encaixar nesse programa, que vai emitir quase 12 milhões de passagens por ano a R$ 200 - afirmou o ministro.

As passagens devem ser vendidas para os meses de fevereiro a junho e de agosto a novembro, quando ocorre uma ociosidade média de 21% nos voos domésticos. Segundo a assessoria do ministro, as vendas serão feitas nos sites das companhias aéreas, que deverão ter a opção relacionada ao "Voa, Brasil". Os interessados que se enquadrarem nos critérios para participar do programa poderão realizar a compra, que será intermediada pela Caixa ou pelo Banco do Brasil.

Os participantes poderão comprar até duas passagens por ano, que deverão ser pagas em até 12 prestações de R$ 67. O objetivo é que o "Voa, Brasil" alcance até 5% da ociosidade dos voos.

-Com isso, a gente vai acabar barateando todas as passagens, porque na medida em que não tem mais ociosidade, as outras passagens também podem ficar mais baratas - disse França.

Perguntada, a pasta não respondeu sobre o diálogo com as companhias aéreas para definição do programa, bem como sobre subsídios do governo para garantir os descontos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1fb26df7d870338000004

Presidente da Previ defende a governança da fundação

Fukunaga: "Se eu não tivesse competência, Previc não teria me habilitado"

Francisco Góes e Juliana Schincariol Do Rio

Alvo de críticas de aposentados do Banco do Brasil (BB) por suposta inexperiência para o cargo, o novo presidente da Previ, João Fukunaga, 39 anos, fez ontem defesa enfática da governança do fundo de pensão em encontro fechado com entidades vinculadas à instituição financeira estatal. "A governança da Previ é uma construção perene", disse Fukunaga. Antes da reunião, em entrevista ao Valor, o sindicalista, que tem formação em história pela PUC-SP, indicou que fará uma gestão de continuidade em que as decisões serão tomadas de forma colegiada, como já ocorre na Previ, um dos maiores investidores institucionais do país, com ativos de R$ 250 bilhões.

A menos de um mês no cargo, o sindicalista também aproveitou para se defender das críticas: "Se eu não tivesse competência técnica, o órgão regulador [a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**, Previc] não teria me habilitado. Há direito ao "jus esperneandi" [direito de reclamar], mas não cabe a mim discutir a indicação do patrocinador [BB]. Me sinto honrado de fazer meu trabalho no maior fundo de pensão do país", disse o presidente da Previ.

Ele lembrou que o movimento sindical fez parte da história da Previ nos quase 120 anos da fundação, a ser completados em 2024. A Previ foi criada em 16 de abril de 1904.

Ontem a Previ divulgou os resultados de 2022. O Plano 1, de benefício definido, que reúne participações em grandes empresas, sendo a principal delas a Vale, teve superávit de R$ 5,6 bilhões no ano. A rentabilidade da carteira, que tem R$ 224 bilhões em investimentos, foi de 13,5% no ano. A meta atuarial para o mesmo período - a rentabilidade que o plano precisa ter para pagar as suas obrigações-foide11%. No ano passado, a Previ pagou recorde de benefícios: foram R$ 15,3 bilhões, com cerca de R$1,3 bilhão por mês. O Plano 1 tem 108.558 associados, sendo que mais de 95% deles já recebem os benefícios. São 82.024 aposentados, 22.702 pensionistas e 3.832 funcionários ainda na ativa.

O plano Previ Futuro, de contribuição variável, também teve desempenho positivo em 2022. O destaque, segundo a fundação, foi o perfil conservador, que teve rentabilidade de 8,4%. O plano, iniciado em 1998, tem R$ 26 bilhões em ativos. O Previ Futuro está em fase de acumulação de riqueza previdenciária. Significa que seus associados são, na maioria, funcionários da ativa. São 83.927 associados, sendo que 79.936 ainda trabalham. Há ainda 2.744 aposentados e 1.247 pensionistas.

Na entrevista ao Valor, Fukunaga fez questão de dizer que os números são anteriores à sua chegada, mas que continuará a trabalhar em busca de resultados. Pouco depois, no discurso às entidades ligadas ao BB, afirmou que a missão da Previ é "garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável".

E continuou: "É uma missão que reforça o conceito de mutualismo, fundamental na existência da Previ e que está presente no cotidiano de quem trabalha aqui. Uma característica intrínseca que nos faz ainda mais fortes", salientou.

Descendente de japoneses - o avô dele chegou ao Brasil vindo do Japão quando tinha cinco anos -, Fukunaga é funcionário do BB desde 2008 e ficou 12 anos no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região. Na entidade, foi diretor, secretário jurídico e de suporte administrativo, auditor sindical e atuou como coordenador nacional da comissão de negociação dos funcionários do Banco do Brasil. Ele disse que a experiência sindical lhe exigiu conhecer o

balanço do BB, a diretoria e ter capacidade de diálogo. "Sou formado em história como muito orgulho.

Hoje tenho sim capacidade técnica de estar na Previ", afirmou.

Grupos de aposentados do BB, porém, vêm fazendo oposição a Fukunaga. As críticas partem da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB) e do "Grupo Mais", que reúne funcionários da instituição que não estão mais na ativa, além do ex-diretor do fundo de pensão Nélio Lima.

Ao Valor, Lima disse: "A indicação não reúne qualificações. Negociar numa mesa de sindicato numa negociação salarial não é negociar um acordo de acionistas." Lima atuou na Previ como diretor e conselheiro nos anos 2000. Ele acionou o Banco do Brasil e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a indicação de Fukunaga. "É basicamente uma questão de qualificação.

O fundo de pensão tem 120 mil participantes e 80 mil já são aposentados. Qualquer gestão equivocada pode causar desequilíbrio e déficits técnicos", afirmou.

A Previ tem parte dos diretores indicados pelo Banco do Brasil, o patrocinador. E outra parte é eleita pelos participantes. "Os eleitos são 100% originários do sistema sindical.

Quando todos estão do mesmo lado (eleitos e indicados), o sentido de fiscalizar perde o senso", disse Lima. A FAABB recorreu ao Banco do Brasil, à Previ e à Superintendência Nacional de **previdência Complementar** (Previc) para que esclareçam os fundamentos que levaram à nomeação de Fukunaga para a presidência do fundo de pensão. "Recebemos uma grita de aposentados e pensionistas questionando a falta de experiência de João Fukunaga e nos pedindo esclarecimentos sobre como são como são os pré-requisitos", disse a presidente da entidade, Isa Musa de Noronha. Uma das primeiras críticas partiu de aposentados da Previ, que formam o chamado "Grupo Mais". Dizem que Fukunaga não teria apresentado certificações básicas que o próprio BB exige nos comissionamentos de gerentes de conta, o que comprovaria a inexperiência para o cargo.

Em nota, a fundação afirmou: "A Previ reafirma que todos os ritos de governança foram respeitados, com decisões colegiadas, tanto no BB, como na Previ, atendendo a todas as exigências previstas nos processos de elegibilidade de ambas instituições. A indicação obteve aprovação da Previc, órgão regulador das entidades de **previdência complementar**, e João Fukunaga já preside a instituição, tendo cumprido plenamente todas as exigências de entregas de documentação, tanto que sua nomeação foi homologada em 27/2/2023".

Fukunaga mostra-se tranquilo.

Reafirmou que pretende fazer uma gestão colegiada com os demais diretores da Previ, instância na qual não há voto de qualidade. Se houver empate em uma matéria, o tema volta para a discussão. "Aprendi no movimento sindical que decisões individuais não existem, são decisões colegiadas.

É assim que o BB atua também no conselho diretor, no sindicato tinha isso também." Afirmou ainda que a prioridade será garantir segurança no pagamento dos benefícios: "Esse é sempre o maior desafio de um gestor de plano de previdência." Disse que o objetivo é dar continuidade ao estabelecido no plano estratégico da fundação, o que, para ele, dá segurança e estabilidade para momentos difíceis.

"Foi essa forma de atuar que trouxe a Previ até onde ela está hoje."

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187491

Fundo de pensão João Fukunaga rebate críticas de aposentados do BB

Presidente da Previ defende a governança da fundação

Francisco Góes e Juliana Schincariol
Do Rio

Alvo de críticas de aposentados do Banco do Brasil (BB) por suposta inexperiência para o cargo, o novo presidente da Previ, João Fukunaga, 39 anos, fez ontem defesa enfática da governança do fundo de pensão em encontro fechado com entidades vinculadas à instituição financeira estatal. "A governança da Previ é uma construção perene", disse Fukunaga. Antes da reunião, em entrevista ao **Valor**, o sindicalista, que tem formação em história pela PUC-SP, indicou que fará uma gestão de continuidade em que as decisões serão tomadas de forma colegiada, como já ocorre na Previ, um dos maiores investidores institucionais do país, com ativos de R$ 250 bilhões.

A menos de um mês no cargo, o sindicalista também aproveitou para se defender das críticas: "Se eu não tivesse competência técnica, o órgão regulador [a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Previc] não teria me habilitado. Há direito ao 'jus esperneandi' [direito de reclamar], mas não cabe a mim discutir a indicação do patrocinador [BB]. Me sinto honrado de fazer meu trabalho no maior fundo de pensão do país", disse o presidente da Previ. Ele lembrou que o movimento sindical fez parte da história da Previ nos quase 120 anos da fundação, a ser completados em 2024. A Previ foi criada em 16 de abril de 1904.

Ontem a Previ divulgou os resultados de 2022. O Plano 1, de benefício definido, que reúne participações em grandes empresas, sendo a principal delas a Vale, teve superávit de R$ 5,6 bilhões no ano. A rentabilidade da carteira, que tem R$ 224 bilhões em investimentos, foi de 13,5% no ano. A meta atuarial para o mesmo período — a rentabilidade que o plano precisa ter para pagar as suas obrigações — foi de 11%. No ano passado, a Previ pagou recorde de benefícios: foram R$ 15,3 bilhões, com cerca de R$ 1,3 bilhão por mês. O Plano 1 tem 108.558 associados, sendo que mais de 95% deles já recebem os benefícios. São 82.024 aposentados, 22.702 pensionistas e 3.832 funcionários ainda na ativa.

O plano Previ Futuro, de contribuição variável, também teve desempenho positivo em 2022. O destaque, segundo a fundação, foi o perfil conservador, que teve rentabilidade de 8,4%. O plano, iniciado em 1998, tem R$ 26 bilhões em ativos. O Previ Futuro está em fase de acumulação de riqueza previdenciária. Significa que seus associados são, na maioria, funcionários da ativa. São 83.927 associados, sendo que 79.936 ainda trabalham. Há ainda 2.744 aposentados e 1.247 pensionistas.

Na entrevista ao **Valor**, Fukunaga fez questão de dizer que os números são anteriores à sua chegada, mas que continuará a trabalhar em busca de resultados. Pouco depois, no discurso às entidades ligadas ao BB, afirmou que a missão da Previ é "garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável". E continuou: "É uma missão que reforça o conceito de mutualismo, fundamental na existência da Previ e que está presente no cotidiano de quem trabalha aqui. Uma característica intrínseca que nos faz ainda mais fortes", salientou.

Descendente de japoneses — o avô dele chegou ao Brasil vindo do Japão quando tinha cinco anos —, Fukunaga é funcionário do BB desde 2008 e ficou 12 anos no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região. Na entidade, foi diretor, secretário jurídico e de suporte administrativo, auditor sindical e atuou como coordenador nacional da comissão de negociação dos funcionários do Banco do Brasil. Ele disse que a experiência sindical lhe exigiu conhecer o balanço do BB, a diretoria e ter capacidade de diálogo. "Sou formado em história como muito orgulho. Hoje tenho sim capacidade técnica de estar na Previ", afirmou.

LEO PINHEIRO/VALOR

Fukunaga: "Se eu não tivesse competência, Previc não teria me habilitado"

Grupos de aposentados do BB, porém, vêm fazendo oposição a Fukunaga. As críticas partem da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB) e do "Grupo Mais", que reúne funcionários da instituição que não estão mais na ativa, além do ex-diretor do fundo de pensão Nélio Lima.

Ao **Valor**, Lima disse: "A indicação não reúne qualificações. Negociar numa mesa de sindicato numa negociação salarial não é negociar um acordo de acionistas." Lima atuou na Previ como diretor e conselheiro nos anos 2000. Ele acionou o Banco do Brasil e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a indicação de Fukunaga. "É basicamente uma questão de qualificação. O fundo de pensão tem 120 mil participantes e 80 mil já são aposentados. Qualquer gestão equivocada pode causar desequilíbrio e déficits técnicos", afirmou.

A Previ tem parte dos diretores indicados pelo Banco do Brasil, o patrocinador. E outra parte é eleita pelos participantes. "Os eleitos são 100% originários do sistema sindical. Quando todos estão do mesmo lado (eleitos e indicados), o sentido de fiscalizar perde o senso", disse Lima. A FAABB recorreu ao Banco do Brasil, à Previ e à Superintendência Nacional de previdência Complementar (Previc) para que esclareçam os fundamentos que levaram à nomeação de Fukunaga para a presidência do fundo de pensão. "Recebemos uma grita de aposentados e pensionistas questionando a falta de experiência de João Fukunaga e nos pedindo esclarecimentos sobre como são como são os pré-requisitos", disse a presidente da entidade, Isa Musa de Noronha. Uma das primeiras críticas partiu de aposentados da Previ, que formam o chamado "Grupo Mais". Dizem que Fukunaga não teria apresentado certificações básicas que o próprio BB exige nos comissionamentos de gerentes de conta, o que comprovaria a inexperiência para o cargo.

Em nota, a fundação afirmou: "A Previ reafirma que todos os ritos de governança foram respeitados, com decisões colegiadas, tanto no BB, como na Previ, atendendo a todas as exigências previstas nos processos de elegibilidade de ambas instituições. A indicação obteve aprovação da Previc, órgão regulador das entidades de previdência complementar, eJoão Fukunaga já preside a instituição, tendo cumprido plenamente todas as exigências de entregas de documentação, tanto que sua nomeação foi homologada em 27/2/2023".

Fukunaga mostra-se tranquilo. Reafirmou que pretende fazer uma gestão colegiada com os demais diretores da Previ, instância na qual não há voto de qualidade. Se houver empate em uma matéria, o tema volta para a discussão. "Aprendi no movimento sindical que decisões individuais não existem, são decisões colegiadas. É assim que o BB atua também no conselho diretor, no sindicato tinha isso também." Afirmou ainda que a prioridade será garantir segurança no pagamento dos benefícios: "Esse é sempre o maior desafio de um gestor de plano de previdência." Disse que o objetivo é dar continuidade ao estabelecido no plano estratégico da fundação, o que, para ele, dá segurança e estabilidade para momentos difíceis. "Foi essa forma de atuar que trouxe a Previ até onde ela está hoje."

Passagem está 26% mais cara que na pré-pandemia

Demanda por viagens aéreas está forte e companhias estão buscando retomar a lucratividade perdida com a covid

Cristian Favaro De São Paulo

Com as companhias aéreas buscando retomar a lucratividade após um período de forte pressão financeira com a pandemia, o preço da passagem aérea deve continuar salgado para os consumidores em geral neste ano. A sinalização foi dada por executivos de Latam, Gol e Azul na semana passada, durante a divulgação dos balanços das empresas, e contrasta com o programa do governo anunciado nesta segunda-feira que prevê oferecer passagem aérea por R$ 200 para aposentados, pensionistas, estudantes e funcionários públicos com renda de até R$ 6,8 mil.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deve divulgar nas próximas semanas os dados referentes à tarifa em 2022. A informação mais recente, de novembro, aponta que o yield médio doméstico (ou seja, o preço pago pelo passageiro para voar um quilômetro) atingiu R$ 0,4940, alta de 26% na comparação com 2019 - antes da pandemia - e maior tarifa aérea para o mês desde 2012, ano que bateu R$ 0,6414. Todos os dados são corrigidos pela **inflação** até novembro.

Em teleconferência com analistas e investidores em 7 de março, o presidente da Azul, Abhi Manoj Shah, afirmou que o cenário atual de tarifas não deve ser alterado. No quarto trimestre, o "yield" da aérea atingiu um valor recorde de R$ 0,506. "A indústria fez um bom trabalho quando a guerra [entre Rússia e Ucrânia] começou e a indústria vai manter [o nível tarifário]. Nossa intenção é ter disciplina e não devolver os ganhos", disse.

Shah afirmou ainda que a indústria doméstica deve crescer sua oferta entre 8% e 10% neste ano ante 2019. "Todo mundo tem sido disciplinado e as aéreas estão recuperando a lucratividade que perderam. Os clientes estão dispostos a pagar os preços atuais. Não vemos queda na demanda, que está mais forte do que nunca", acrescentou.

A Azul registrou um lucro líquido de R$ 1,1 bilhão no quarto trimestre de 2022, revertendo o resultado negativo de R$ 392 milhões de um ano antes. A receita líquida registrou recorde de R$ 4,5 bilhões no trimestre, alta de 19,4%.

A Gol reverteu o seu prejuízo do quarto trimestre de 2021 e registrou um lucro líquido de R$ 230,9 milhões nos últimos três meses do ano passado. A receita foi recorde e somou R$ 4,7 bilhões, altade 61,7% na comparação anual e de 24,3% contra a pré-pandemia-amparada sobretudo pelo maior preço das passagens. O yield médio fechou em R$ 0,482, alta de 24,8% no ano e também recorde (os dados ainda não foram auditados).

Para os próximos meses, diante de um cenário ainda complexo para o setor, com falta de peças, atraso na entrega de aviões e alta de combustível, a Gol deu um passo para trás na sua projeção de oferta de assentos. Agora, estima que a oferta vai crescer entre 20% e 25% no ano sobre 2022-antes, aprevi-são era de aumento de 25% a 30%.

Neste primeiro trimestre, o patamar deve voltar a ficar abaixo da pré-pandemia. "Ao longo do ano, pensando no 'guidance', a gente ultrapassa a capacidade em relação a 2019", disse em teleconferência o presidente da Gol, Celso Ferrer. O diretor financeiro da empre sa, Mario Liao, acrescentou que a Gol vai focar na "eficiência e na produção de margens".

O presidente da Latam Brasil, Jerome Cadier, afirmou, na sexta-feira, que o grupo não vai sacrificar rentabilidade para ganhar participação de mercado. Apesar disso, observou que a companhia vai usar da sua melhor condição financeira após a conclusão da recuperação judicial ("chapter 11" nos Estados Unidos) para ter uma postura mais agressiva nos preços.

"A Latam liderou o mercado doméstico nos últimos

dois anos, coisa que não fazíamos desde 2015. Isso mostra mais agressividade. Mas a Latam vai continuar sendo inteligente na colocação de capacidade, entendendo onde existem rotas rentáveis", disse Cadier.

O Grupo Latam registrou lucro líquido atribuído aos controladores de US$ 2,53 bilhões no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo líquido de US$ 2,65 bilhões do quarto trimestre de 2021. As receitas operacionais ficaram em US$ 2,74 bilhões, salto de 37,5%. Para este ano, a expectativa é que a Latam Brasil aumente sua oferta de assentos entre 7% e 10% contra a pré-pandemia(2019).

Um dos desafios da indústria tem sido o atraso na entrega de aviões. Segundo Cadier, os modelos de corredor único (da Airbus, usados na operação doméstica) estão garantidos. Na Boeing, as aeronaves maiores de rotas internacionais, o cenário é outro. "Aguardamos a chegada de modelos da Boeing para as rotas de Joanesburgo [África do Sul] e Los Angeles [esta última dentro da parceria com a Delta]", disse.

A demora fez a empresa postergar o início da rota para Los Angeles, de julho para agosto. Já a operação para Joanesburgo está marcada para começar em setembro (antes aprevisão era agosto).

Diferentemente de outras regiões, o governo brasileiro acabou não dando um apoio financeiro ao setor aéreo na pandemia. Com isso, as empresas tiveram de buscar financiamento no mercado e, após o pior da crise, estão mais endividadas. A Latam acabou indo pelo caminho da recuperação judicial, iniciada em 2020 e concluída em novembro passado, o que deixou um cenário de liquidez mais favorável. O grupo, entretanto, não tem demonstrado estar interessadoem brigar por mercado como fez em 2015 com a Gol, época que as passagens tiveram uma forte queda.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/editions

Impacto de até 20% no PIB

Lula Marques/ Agência Brasil

Fernando Haddad na reunião da FNP: "O IVA é um caminho natural do mundo desenvolvido"

Michelle Portela

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o impacto da **reforma tributária** pode ser de até 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Na avaliação dele, a proposta que está sendo formulada pelo governo reorganiza o sistema tributário e representa uma oportunidade histórica para corrigir distorções das cobranças entre os setores produtivos e os entes federados.

"Estamos diante de uma oportunidade histórica. Queremos uma reforma que nos dê horizonte de muitos anos à frente para que possamos trabalhar", afirmou o ministro, durante a 84ª Reunião Geral do Fórum Nacional de Prefeitos (FNP), que ocorre até hoje em Brasília.

Ele ressaltou que a reforma a ser proposta pelo governo garante uma fase de transição de até 40 anos. "Há 10 mandatos pela frente para fazer o ajuste fino, garantindo que o impacto sobre a eficiência na economia seja muito mais rápido do que o impacto redistributivo pelos entes federados", sustentou.

Haddad também voltou a defender a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unifica **tributos** e elimina a cumulatividade de cobranças federais. "O IVA é um caminho natural do mundo desenvolvido. É (um tributo) transparente, justo, simples, e não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios", frisou.

O ministro também disse aos prefeitos que não está preocupado com o número de votos que o governo teria em caso de apreciação imediata da **reforma tributária** no Congresso Nacional, embora considere o cenário mais favorável à aprovação da medida, debatida principalmente por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46. "Não estamos contando votos para ver se passa. Não é isso que estamos fazendo. É o Brasil que vai ganhar", destacou. A declaração ocorreu em resposta a uma fala do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada, de que o governo ainda não tem base para aprovar matérias no Congresso.

De acordo com Haddad, a primeira etapa da **reforma tributária** é voltada à criação do IVA, cuja expectativa de aprovação é até outubro. A partir daí, o governo pretende seguir com as propostas para o imposto incidente sobre a renda e a desoneração da folha. "Queremos melhorar o ambiente de contratações, mas sem prejudicar o trabalhador", disse.

Diante da insegurança dos prefeitos de perdas por uma expectativa de aumento de carga tributária, Haddad reforçou que a equipe econômica está aberta ao diálogo. "A indústria hoje responde por 11% do **PIB** e 30% da arrecadação de **impostos**. O bom é que o setor de serviços responde por muito mais do **PIB**. Então, quando você acomoda as alíquotas, querendo favorecer a indústria, sobretudo a exportação de manufaturados, haverá uma diluição disso", ressaltou.

Estamos diante de uma oportunidade histórica. Queremos uma reforma que nos dê horizonte de muitos anos à frente para que possamos trabalhar"
Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Saiba mais

Carga tributária

Na reunião da Frente Nacional de Prefeitos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, relembrou que a carga tributária no Brasil correspondia a 16% do Produto Interno Bruto (**PIB**) antes do golpe militar de 1964 e, ao fim década, chegou a 26% da geração de riquezas no país.

Por fim, com o Plano Real, a carga saltou para 32% do **PIB**.

O ministro também disse que em 90% dos casos de tributação do ISS não haverá mudança já que há previsão de uma transição de 40 anos.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/14/all.pdf

Haddad quer votar reforma até outubro e descarta recriar CPMF

CÍCERO COTRIM SÃO PAULO EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a perspectiva do governo é de que a proposta de **reforma tributária** seja votada entre junho e julho na Câmara e entre setembro e outubro no Senado.

Em evento organizado pelos jornais Valor Econômico e O Globo, Haddad disse que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), tiveram compromisso com a transição de governo e terão "protagonismo essencial" no andamento da **reforma tributária**.

O ministro disse que o governo não pretende usar a **reforma tributária** para fazer mudanças no Simples (regime de tributação diferenciado para favorecer os pequenos negócios) e não trabalha com a ideia de recriar um imposto nos moldes da antiga CPMF.

"Não está no nosso radar, nem no plano de governo do então candidato, o presidente Lula, nem nos planos da área econômica", disse Haddad. "Falo em nome da Fazenda, do Planejamento, do MDIC. Não está na mesa de ninguém essa possibilidade."

"CESTA DE **TRIBUTOS**".

Haddad garantiu que a reforma será neutra em termos de arrecadação.

Segundo o ministro da Fazenda, não está nos planos do governo aumentar os **impostos** sobre o consumo, já considerado elevado no País. Ele defendeu que o governo deverá pensar uma "mudança da cesta de **tributos**" no médio e no longo prazos.

O ministro acrescentou que o governo está se reunindo com diversos setores para apresentar a proposta. Ele relatou que tem procurado líderes partidários e empresários para dialogar sobre o tema. "Nós somos negociadores", disse.

Segundo Haddad, a **reforma tributária** é importante para buscar crescimento com compromisso social e proteger o País de choques externos. O ministro disse ainda que será importante avançar depois na proposta de **reforma tributária** sobre a renda, após a primeira etapa, que trata dos **impostos** sobre o consumo.

O ministro reforçou que o programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê a taxação de lucros e dividendos. "E tem uma boa parte do empresariado que defende isso, desde que tenha compensações, uma série de coisas que precisam ser analisadas", disse.

Haddad lembrou ainda que a proposta trabalha com a criação de um fundo de desenvolvimento regional e defendeu o imposto cobrado no destino.

"Essa agenda está no radar.

Mas, de novo: a **reforma tributária** é uma porção de chavinhas que você está mexendo.

Se você só olhar para o que vai perder, e não olhar para o que vai ganhar, vai inviabilizar a reforma", disse.

MOTOR DE CRESCIMENTO.

Haddad também afirmou que o momento exige medidas difíceis na política econômica. Ele defendeu que o País precisa, além da **reforma tributária**, de uma nova âncora fiscal para garantir a confiança de investidores e acelerar o crescimento econômico.

"Nós não podemos continuar crescendo 1% ao ano, este País não merece isso. Nós precisamos encontrar o caminho para retomar o desenvolvimento, porque é isso que vai dar brecha para investir mais, aumentar o dispêndio com Saúde e Educação", afirmou.

ÂNCORA FISCAL.

Segundo o ministro, a proposta de novo arcabouço fiscal tem sido tratada com cautela para evitar um vazamento que possa configurar informação privilegiada. "Vai vazar uma hora, mas vai vazar do jeito certo. Não queríamos que alguém recebesse uma informação privilegiada e isso fizesse preço. A cautela foi só não privilegiar ninguém, e todo mundo ficar sabendo conjuntamente de qual é a decisão do presidente Lula", disse.

O ministro da Fazenda repetiu que a proposta já foi finalizada pela Fazenda e apresentada a economistas

de outras áreas do governo na semana passada. Ele lembrou que, agora, o andamento da medida dependerá do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, a ideia é encerrar os trâmites da proposta antes da viagem do mandatário à China, programada para o próximo dia 24.

"Não está no nosso radar (recriar um imposto aos moldes da antiga CPMF), nem no plano de governo do então candidato, o presidente Lula, nem nos planos da área econômica. Falo em nome da Fazenda, do Planejamento, do MDIC. Não está na mesa de ninguém essa possibilidade" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Lira não fixa prazo, mas quer reforma no 1º semestre

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO CONTEÚDO

Lira, sobre tramitação da reforma tributária : "Fixar prazo é complicado"

Caio Sartori, Paula Martini e Vandson Lima Do Rio e Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), preferiu ontem não cravar um prazo para a votação da **reforma tributária**, mas apontou que pretende colocá- la em pauta ainda no primeiro semestre. "É um assunto complexo, fixar prazo é complicado. Já demos um salto na condução do grupo de trabalho [da Câmara]", disse. "Esperamos votar no primeiro semestre para submeter ao Senado no segundo semestre." Atualmente, o texto da reforma está em análise pelo grupo criado na Casa, que tem 12 deputados. Lira participou ontem do evento "Liberdade de expressão, redes sociais e democracia", organizado pela TV Globo na FGV do Rio.

"Perseguimos uma simplificação do sistema tributário há alguns anos. Todo mundo concorda, mas quando chega o texto todo mundo tem uma reforma própria", observou o presidente.

Ainda ontem, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha avaliou, em encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que tem observado a formação de um "ambiente extremamente positivo" para a aprovação de uma proposta de **reforma tributária** no Congresso Nacional.

Padilha ressaltou que a proposta aprovada será a "possível e necessária", mas que essencialmente crie um "ambiente propício a quem quer investir no país".

"Ouço de vários parlamentares de oposição a disposição em ajudar a aprovar uma **reforma tributária**", apontou Padilha. "Estamos criando ambiente político para uma **reforma tributária** em que todos possam ganhar. Respeitando as dinâmicas locais, mas criando fortemente um ambiente de simplificação no país, um ambiente propício a quem quer investir no país, um ambiente extremamente positivo para aprovarmos a **reforma tributária** no Congresso, a reforma possível e necessária.

O ministro agradeceu as declarações de solidariedade de prefeitos ao governo quando da invasão dos prédios dos três Poderes por bolsonaristas radicais e disse que o momento é de "reabilitação das relações federativas do país e retomada do diálogo federativo".

Vocês tiveram uma atitude muito firme de declarar solidariedade a todos nós, nunca esqueceremos". Padilha disse que o Conselho da Federação está sendo criado para ser um canal permanente com Estados e municípios.

"A porta do Palácio do Planalto está absolutamente aberta", garantiu.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187491?page=1&section=1

Reforma tributária não diminuirá a arrecadação municipal, promete Haddad a prefeitos

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/14/RDIONACIONALDEBRASLIAFM961DF-07.39.41-07.42.45-1678793630.mp3

Haddad tira o setor produtivo do armário

Por Pedro Cafardo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está conseguindo equilibrar o discurso sobre a condução da economia do país. Nos últimos seis anos, o viés neoliberal, imposto pelos governos **Temer** e Bolsonaro, dominou o discurso, com a eufórica adesão do mercado financeiro e a omissão, para dizer o mínimo, dos setores empresariais.

Quando, há duas semanas, o IBGE publicou os dados sobre o **PIB** em 2022, a mídia destacou o crescimento de 2,9%, mas com uma ressalva sobre a estagnação da atividade no último trimestre do ano. E, sem receios, atribuiu a mudança de rumo principalmente aos juros elevados.

Empresários começam a criticar juros altos e pressionam o BC

Um número crescente de formadores de opinião já considera fora de lugar a taxa brasileira. Todos os países avançados têm juros reais, descontada a **inflação**, negativos. Em nenhum emergente, há taxa real tão elevada quanto a do Brasil, que chegou a 8,8% ao ano e caiu a 7,09% no dia 10. Ontem, no "E Agora, Brasil?", do Valor e "O Globo", Haddad observou que "existe uma gordura" no país, que o resto do mundo não tem, para reduzir juros. E inclusive para enfrentar uma possível crise advinda de falência de bancos regionais nos EUA.

Mas não é disso que se pretende tratar aqui, e sim da batalha de comunicação travada por Haddad e seus assessores.

No início de sua gestão, em janeiro, o presidente Lula atacou ferozmente o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Algumas críticas estavam equivocadas, como a que citava a meta de **inflação** baixa demais, algo fora da responsabilidade do BC.

O ímpeto de Lula, porém, estimulou um discurso não visto no país havia muito tempo. O mercado financeiro e os empresários do setor produtivo conviviam com a política neoliberal sem objeções. Não faziam publicamente restrições ao aperto monetário nem reclamavam do impacto do alto custo do dinheiro nos negócios. Quando Lula iniciou suas críticas, alguns articulistas sugeriram que ele deveria deixar o BC em paz. Um equívoco, porque a autonomia legal do BC deve ser respeitada, mas sua atuação pode e deve sofrer críticas, como a de qualquer outra entidade pública. Deixá-lo em paz seria atribuir-lhe o dom da infalibilidade.

Aos poucos, o setor produtivo vem apoiando Haddad em sua batalha. Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp, disse que a Selic de 13,75% "está errada e já era para o BC estar cortando mais rapidamente a taxa". Márcio Leite, presidente da Anfavea, afirmou: "Não vamos crescer e retomar a indústria com juros de 30% ao ano ao consumidor".

Rubens Menin, dono do Banco Inter e da MRV Engenharia, disse ao NeoFeed ser necessário "declarar guerra" ao juro alto. "Fazer negócios numa economia com altas taxas de juros é igual nadar contra a correnteza", escreveu no Twitter.

Vilmar Ferreira, presidente do Grupo Aço Cearense, em "expressão de opinião" (informe publicitário) no Valor, foi além: "Reduzir os índices inflacionários dependerá mais da valorização do real do que dos altos juros, até porque o custo do dinheiro também compõe os preços dos produtos. Combater a **inflação** com recessão e juros altos é, no mínimo, um retrocesso".

Sim, juros altos aterrorizam empresários. Pesquisa da CNI indicou que as elevadas taxas são a principal preocupação de 30,6% dos entrevistados no setor da construção - em segundo lugar vem a pesada carga tributária, com 28,5%.

Antes, só economistas heterodoxos criticavam o BC. Agora, empresários começam a sair do armário e a discordar da ideia de que a alta dosagem de juros é um remédio necessário. Mas estão muito longe ainda do tempo da resistência de Antônio Ermírio de Moraes. Com o guerreiro presidente do grupo Votorantim, o BC não teria paz. Desde março de 2021, o banco aumenta os juros, que saíram de 2% ao ano para os atuais 13,75% sem previsão de redução. Se estivesse por aqui - ele morreu em 2014 -, Ermírio já teria falado em insensatez, em spread absurdo e em lucro pornográfico dos bancos. E diria que tudo isso vai levar o país a mais uma recessão.

A questão central dessa batalha de comunicação está aí: a possível recessão. Haddad e sua turma, tentando usar o "modo diálogo", vêm conseguindo convencer uma parcela importante da sociedade, inclusive gente do mercado financeiro e editorialistas, de que a dosagem atual dos juros é excessiva. No início desse debate, quando Lula bateu em Campos Neto,

entendia-se que ele buscava um bode expiatório para justificar uma possível recessão em 2023. O discurso e as decisões tomadas por Haddad, porém, mudaram o cenário. Ele repôs uma parte da tributação sobre combustíveis e taxou exportações de petróleo, medidas para arrecadar R$ 29 bilhões em 2023 e reduzir o déficit do governo. E fez acordo com governadores para alongar devolução de R$ 26,9 bilhões de ICMS. Com isso, jogou pressão sobre o BC, que não pode continuar com seu argumento sobre as incertezas fiscais para manter os juros nas alturas. Certo ou errado, o discurso colou. Foi um tento da comunicação do ministro. (Outro depende de fogo amigo, mas isso é outra história).

O discurso neoliberal só poderá agora se amparar na necessidade da **reforma tributária** e do novo "arcabouço fiscal", a regra para conter despesas em substituição ao famigerado teto de gastos.

Mea-culpa

E por falar em teto de gastos, está chegando a hora do mea-culpa de especialistas e políticos que o aprovaram com louvor no governo **Temer**. Em 2016, a regra foi aclamada como salvação da pátria: nunca mais governantes abusariam da gastança. Os defensores do teto estão hoje reclusos.

A regra congelou as despesas do governo durante 20 anos e, aos poucos, o país se convenceu de que era mais uma "jabuticaba" brasileira. É simples: se o bolo está congelado e algum componente desse bolo é despesa obrigatória e continua subindo mais que a **inflação**, vai esmagar o resto do bolo. Os gastos da Previdência e outros imprevistos, como os da pandemia, não couberam no teto e viraram exceções que desmoralizaram a regra.

A principal crítica, porém, é que o teto impede a adoção de políticas anticíclicas, pelas quais os governos tiram recursos da economia quando ela está muito aquecida e os injetam quando desaquece. Em momentos recessivos, portanto, é preciso aumentar gastos, algo impossível com a restrição do teto.

Não houve até agora mea-culpa de entusiastas do teto. E vem aí o novo "arcabouço". Eta palavrinha horrorosa!

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Haddad tira o setor produtivo do armário

Site: https://valor.globo.com/brasil/coluna/haddad-tira-o-setor-produtivo-do-armario.ghtml

A retomada do pacto federativo (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fechou acordo com os Estados para repor as perdas impostas pelas mudanças na legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis. Inicialmente, os Estados pleiteavam uma compensação de R$ 45 bilhões, enquanto a União defendia um ressarcimento de R$ 13 bilhões. Na negociação, ficou acertado que o Executivo arcará com R$ 26,9 bilhões, via transferências diretas e abatimento do valor das parcelas das dívidas dos Estados com o Tesouro Nacional. "Acordo nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que você faz com base em parâmetros técnicos", disse Haddad.

A notícia é excelente - e por diversas razões. O desembolso imediato para a União será relativamente pequeno, de R$ 4 bilhões neste ano, e o restante será diluído até 2026; outros R$ 9 bilhões já foram compensados por meio de liminares que haviam sido concedidas a alguns Estados no ano passado. Com o acordo, ambas as partes cederam para encerrar uma controvérsia que poderia durar décadas e tomar proporções gigantescas - basta lembrar que a disputa sobre as perdas com a Lei Kandir levou 25 anos para ser encerrada. Para o governo Lula da Silva, trata-se de um feito digno de comemoração sob o ponto de vista financeiro e político.

A Lei Complementar 194/2022 foi uma das maiores excrescências eleitorais da história brasileira. Aprovada pelo Legislativo no primeiro semestre do ano passado e sancionada em junho de 2022, ela enquadrou combustíveis, energia e telecomunicações como bens essenciais e estabeleceu um teto para as alíquotas de ICMS de uma hora para outra, ignorando o fato de que os **tributos** sobre esses itens respondem, em média, por um terço da arrecadação dos Estados.

Se financeiramente o projeto era insustentável, politicamente ele era um acinte. Fossem tempos normais, uma proposta como essa não teria a menor chance de aprovação no Congresso -mas não eram tempos normais. De uma só vez, o governo responsabilizou os Estados pelo aumento dos preços dos combustíveis, jogou a opinião pública contra os governadores e pressionou os parlamentares a aprovar um texto que tinha como principal objetivo criar uma bandeira política para a reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O rolo compressor funcionou bem. Ainda que muitos parlamentares conhecessem os efeitos do projeto sobre as receitas dos Estados - os principais responsáveis pelos gastos com saúde, segurança e educação -, poucos manifestaram disposição para enfrentar a máquina bolsonarista de destruição de reputações nas redes sociais. A ambiguidade da redação final da lei, no entanto, garantiu aos governadores a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para se defender dos prejuízos.

Poucas vezes se viu tanta leviandade na relação entre União e Estados como no governo Bolsonaro. Mais do que impor perdas financeiras aos Estados e municípios de forma imediata, sua postura inconsequente violou um dos princípios da Constituição - o pacto federativo. Nem se discute que as alíquotas de ICMS cobradas em alguns Estados fossem muito elevadas. O problema foi a forma extemporânea como a redução foi feita, sem negociações prévias ou tempo para que eles se adaptassem a essa nova realidade.

O final dessa história não poderia ser mais previsível. Sem as compensações, ou os Estados teriam de recorrer ao socorro financeiro do Tesouro ou a lei estaria inviabilizada no médio prazo. Por meio do acordo, a União se comprometeu, também, a apoiar os Estados nas discussões que estão no STF envolvendo o ICMS - uma das principais demandas dos governadores é rever a essencialidade da gasolina.

O mais importante, no entanto, não são exatamente os detalhes financeiros do acordo, mas o que ele simboliza em termos políticos: o resgate da interlocução entre União e Estados, o reconhecimento da autonomia de cada ente federativo e o restabelecimento da atuação conjunta entre União e Estados nos termos, responsabilidades e competências de cada um, como determina a Constituição.»

Crédito tributário será incentivo no Desenrola

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

A medida provisória (MP) que criará o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas, batizado de Desenrola, permitirá que os bancos usem créditos tributários para atender os inadimplentes com faixa de renda acima de dois salários mínimos.

A ideia já estava na mesa tanto do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde a transição e ao longo dos últimos meses foi amadurecida na negociação com os bancos.

Durante o evento "E Agora?, promovido por "O Globo" e Valor, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a formatação dessa proposta na MP. "A ideia é que o Tesouro subsidie, com um fundo garantidor de R$ 10 bilhões, a faixa de renda de até dois salários mínimos e que as demais faixas possam ser atendidas com o uso de créditos tributários", disse.

Os bancos acumulam esses ativos quando, ao fazer uma operação financeira recolhendo, antecipadamente, os **tributos** dela decorrentes, o tomador fica inadimplente. A instituição acumula, então, um crédito tributário que vai sendo abatido ao longo do tempo. Com seu aproveitamento no Desenrola, o crédito tributário se transformará em presumido e passará pelo balanço do banco.

Nos números informados por Haddad há R$ 430 bilhões negativados, ou seja, em dívidas bancárias e não-bancárias cujo pagamento está atrasado, em 72 milhões de CPFs.

Como a faixa até dois salários mínimos com a qual o Desenrola trabalha é de R$ 50 bilhões devidos por 37 milhões de CPFs, segundo dados da Fazenda, todo o restante, supostamente, seria elegível a ser renegociado com o abatimento do crédito tributário.

Os bancos, porém, têm um estoque inferior a este volume de dívidas.

A estimativa, feita a partir de balanços de bancos, é de as instituições financeiras acumulem R$ 150 bilhões que poderiam vir a entrar nessa negociação.

Como, para os bancos, é mais vantajoso usar o fundo garantidor, com recursos do Tesouro, estuda- se um meio de atrelar as duas operações. O modelo que está sendo desenhado na Fazenda é de que a cada real a ser renegociado para a faixa de renda até dois salários mínimos, via fundo garantidor, os bancos fiquem elegíveis a renegociar um real com o uso do crédito tributário.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187491

Mulheres na indústria (Artigo)

Milene Moraes

A presença feminina no mercado de trabalho ainda é um tópico recorrente nas discussões socioeconômicas, uma vez que cada avanço representa uma grande conquista em uma sociedade em que o público masculino ainda ocupa majoritariamente o espaço profissional. E isto é ainda mais evidente no mercado industrial, em que a presença feminina corresponde a 30% dos cargos, de acordo com o Ministério da Economia.

Em relação aos cargos de liderança na indústria, por exemplo, apenas 29% são ocupados por mulheres, segundo uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A questão salarial não é diferente, uma vez que um levantamento divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) expõe que as mulheres recebem 14,7% a menos do que os colaboradores homens e tal paridade salarial na indústria deve ocorrer apenas em 2035.

Levando em consideração estes pontos, um dos grandes desafios atuais para as companhias é entender todo o seu ecossistema e materialidade do negócio, expandindo o olhar interno e sendo um agente ativo para superar as barreiras impostas pelo setor. Ou seja, para que recrutadores e a área de recursos humanos tenham a possibilidade de contratar candidatas mulheres em cargos industriais, cabe a todo o setor industrial oferecer as melhores condições de trabalho e diversidade na oferta.

Anteriormente a isso, também é preciso pensar na questão educacional. Socialmente, o estímulo ou inspiração para jovens mulheres seguirem os estudos na área de ciência, engenharia, tecnologia e matemática, embora venha melhorando, ainda é muito escasso. Além da falta de incentivo, também há a influência histórica de décadas, do estereótipo de que meninos são melhores que meninas nas áreas de exatas, o que leva a uma associação destes campos de estudo com as habilidades do gênero masculino.

Isto é irreal e pode ser comprovado quando analisado o reconhecimento de mulheres de tais áreas que ocuparam lugares de destaque em diversas premiações ao longo dos anos, como o Prêmio Nobel. A física e química polonesa, Marie Curie, a física teórica estadunidense, Maria Goeppert-Mayer, a física canadense, Donna Strickland, e a engenheira química estadunidense, Frances Arnold, são apenas alguns dos nomes femininos de peso ao redor do mundo que já quebraram essa barreira.

Porém, estes fatores estereotipados influenciam diretamente a probabilidade de mulheres cultivarem seu próprio interesse por profissões relacionadas a área industrial e de seguirem carreira no setor, refletindo, posteriormente, nos números de adesão de mulheres ao segmento industrial e, por consequência, na representatividade feminina em cargos de liderança.

Com tantos desafios precedentes à inserção no mercado, ainda existem as barreiras a serem vencidas durante a consolidação da representatividade das mulheres na indústria, como a dupla jornada de trabalho que muitas mães enfrentam durante sua carreira, a qual muitas vezes leva à exaustão, especialmente quando não suportadas e asseguradas pelo ambiente de trabalho.

Desde a 1 Revolução Industrial, no final do século 18, as mulheres fazem parte do mercado de trabalho, quando tiveram que trabalhar para sustentar as famílias enquanto os homens estavam na guerra e as fábricas precisavam de mão de obra. Dessa forma, a presença feminina foi inserida na indústria. Passadas três Revoluções Industriais e estando a 48 em pleno desenvolvimento, a presença das mulheres na indústria ganhou ainda mais importância.

Isto porque, investir na contratação de mulheres tem se mostrado uma opção cada vez mais assertiva às fábricas, não apenas porque gradativamente mais mulheres estão se candidatando às vagas e preenchendo requisitos necessários, mas também porque os empregadores têm percebido a importância de quebrar antigos paradigmas. Além disso, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que companhias com maior pluralidade de gênero podem gerar cerca de 20% a mais de lucro, enquanto lideranças femininas garantem resultados até 20% mais proveitosos.

As mulheres oferecem características bastante positivas no ambiente industrial, como a capacidade de gestão, organização, alto nível de motivação e autonomia, além de apresentarem maior habilidade em visualizar, comunicar e ter empatia.

Sua maior predisposição para a comunicação e feedback contribuem para a resolução de conflitos, bem como incentivam a formação de equipes e otimização das tomadas de decisão. Além do mais, a

maior parte das mulheres também tende a se concentrar em diferentes assuntos e realizar várias tarefas ao mesmo tempo, podendo gerar inovação e impulsionar os negócios.

Sendo assim, o avanço e desenvolvimento das pautas sociais junto com a globalização e o progresso tecnológico sustentam cada vez mais um novo processo organizacional na cadeia de produção industrial. Segundo um estudo do Mckinsey Global Institute, a promoção da igualdade de condições de trabalho acarretaria em um incremento de cerca de 30% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Porém, atualmente, apenas seis em cada dez indústrias brasileiras contam com programas ou políticas de promoção de igualdade de gênero, de acordo com a CNI.

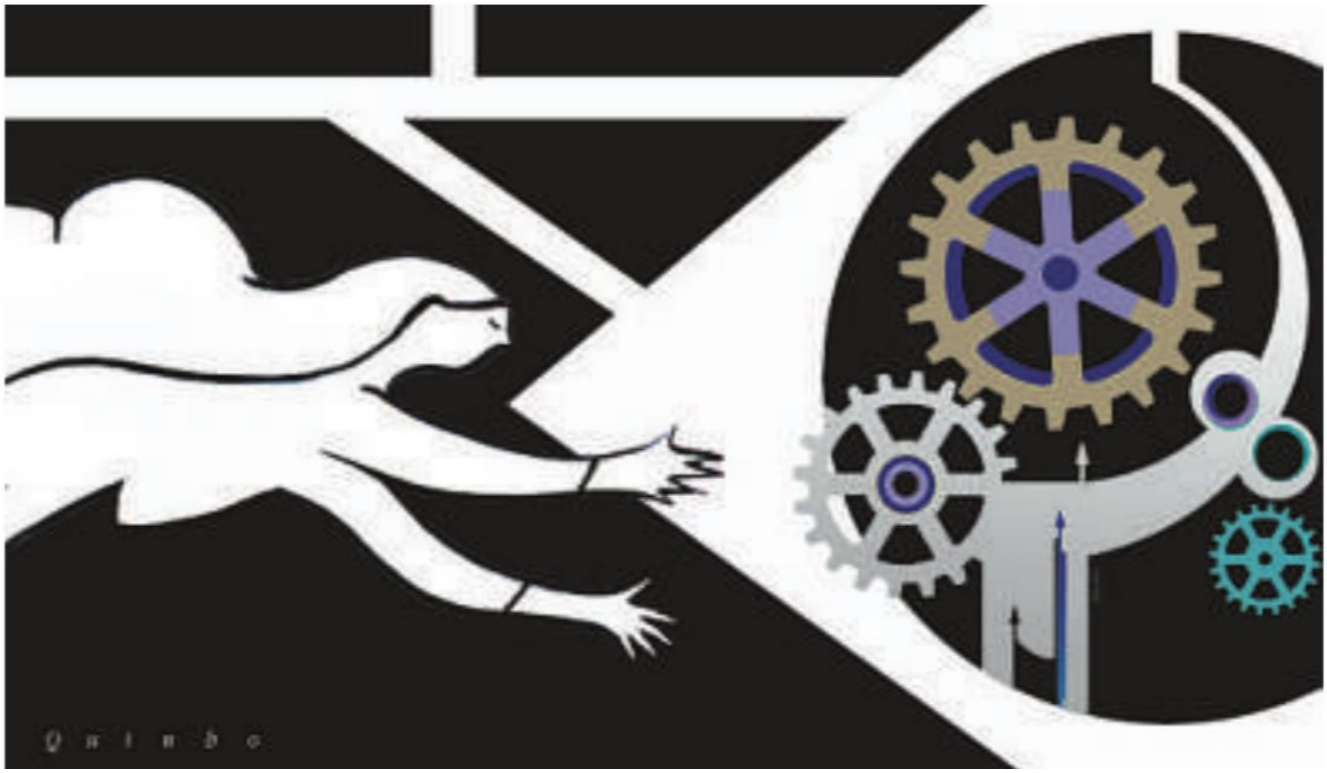
Neste cenário, apesar de lento e gradativo, é possível vislumbrar cada vez mais um espaço maior para participação da mulher no mercado de trabalho. Ainda há um longo caminho para atingir o mundo ideal de um ambiente diverso e inclusivo, mas essas mudanças são totalmente possíveis de serem realizadas por meio da transformação cultural e da criação de políticas mais inclusivas dentro das organizações.

Ao introduzir mais mulheres no mercado de trabalho industrial existe a possibilidade de cada vez mais inspirar jovens mulheres que ainda não decidiram qual área de carreira gostariam de seguir. A presença feminina na indústria também é essencial para construir um ambiente mais inclusivo e diverso, levando em consideração todas as perspectivas dos indivíduos nas tomadas de decisão, principalmente a perspectiva feminina, que contém desafios singulares.

Portanto, para tornar o mercado industrial mais inclusivo, as empresas devem enxergar cada vez mais as mulheres como peças-chave no mercado, afim de aumentar seu quadro feminino e alcançar metas de igualdade de gênero. Com práticas inclusivas, programas de capacitação e estímulos que incentivem a inserção de mulheres na indústria, será possível gerar um mercado de trabalho mais resiliente, no qual competências e habilidades femininas serão tão valorizadas quanto devem ser.

Milene Moraes, Head de Recursos Humanos Latam na Fluke do Brasil

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/03/2023/p1


Quinho

Quebra de banco pode mudar trajetória dos juros nos EUA e Brasil

O ministro Fernando Haddad, para quem Brasil tem uma 'gordura que o mundo não tem' para cortar os juros Gabriela Biló/Folhapress

Eduardo Cucolo

A crise do banco americano SVB acendeu o sinal dos investidores para a possibilidade de mudanças nos rumos da política monetária naquele país, com reflexos também na trajetória da taxa básica de juros no Brasil.

Nesta segunda-feira (13), houve queda nas taxas de juros negociadas nos mercados americano e brasileiro. A expectativa para os juros nos EUA ao final de 2023 recuou de algo próximo de 5,5% para a casa dos 4,5% ao ano.

O Goldman Sachs, por exemplo, já avalia a possibilidade de que o Federal Reserve, o banco central americano, faça uma pausa no processo de alta de juros neste mês, na reunião marcada para a próxima semana.

A curva de juros no Brasil já indicava a aposta em um corte na taxa básica na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) no final de junho. Ou seja, a expectativa era que o Banco Central ainda manteria a Selic nos atuais 13,75% ao ano nas duas reuniões anteriores, em 22 de março e 3 de maio. Agora, as taxas mostram que aumentou a aposta em uma antecipação desse corte.

Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e presidente do Conselho de Administração da Jive Investments, afirma que os desdobramentos da crise do SVB podem levar a um corte da taxa básica mais cedo que o projetado anteriormente.

"Se houver um contágio grande no resto da economia [global], sem dúvida, isso pode antecipar uma queda de juros no Brasil. Não acho que é disso que estamos falando ainda, mas precisamos ver quais os desdobramentos dessa história."

Figueiredo afirma que o banco central e o Tesouro dos EUA agiram de forma certeira, tempestiva e abrangente, ao anunciarem medidas de socorro ao sistema financeiro local. Também destaca a reação do mercado neste primeiro momento, melhor que a esperada. Mas disse que é preciso esperar para ver se mais instituições precisarão de ajuda e se será possível socorrê-las. "Isso tudo está em aberto."

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, afirma que um aumento menor dos juros nos EUA, como precificado neste momento pelo mercado, é apenas um dos fatores que podem abrir caminho para o Banco Central do Brasil cortar a taxa básica mais cedo que o esperado. "Vale destacar que este processo seguiria atrelado às melhorias no campo fiscal e a subsequente melhora nas expectativas [de **inflação**] dos agentes de mercado."

Pizzani afirma ainda que o banco central dos EUA segue atento ao comportamento da **inflação**. Para ele, dados que serão divulgados ao longo desta semana também podem ser decisivos para a decisão do comitê de política monetária daquela instituição, no próximo dia 22.

Alexandre Espirito Santo, economista-chefe da Órama, diz não enxergar uma relação de causa-efeito do evento do SVB com as decisões do Banco Central do Brasil. Para ele, a política monetária da instituição é mais suscetível à nova regra fiscal, que substituirá o teto dos gastos, do que à quebra do banco americano.

O economista diz que ainda é cedo para especular sobre a chance de uma crise sistêmica nos EUA, pois a primeira impressão é que não há similaridade com o que ocorreu com o banco Lehman Brothers em 2008.

Ele lembra ainda das discussões sobre uma possível crise de crédito relacionada ao mercado brasileiro desde o início deste ano, após a crise da Lojas Americanas. "Se estamos na antessala de uma crise de crédito por aqui, como alguns analistas defendem, isso precisa ser evitado e a redução da Selic ajudaria

bastante", diz o economista.

Brasil tem "gordura para cortar taxas, afirma Haddad

Nathalia Garcia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta segunda-feira (13) que o Brasil tem uma "gordura", a qual o resto do mundo não tem, que viabiliza corte de juros pelo Banco Central.

O ministro considera também que há pouco espaço para aumento de taxa de juros no mundo diante de um cenário de turbulência internacional.

"Diria que tem uma gordura no Brasil que permite a nós, tomando as providências que estão sendo tomadas [pela equipe econômica] e vêm sendo reconhecidas pelo Banco Central nas atas que divulga, penso que temos espaço [para corte de juros] que o mundo não tem", disse Haddad em evento promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico sobre a **reforma tributária** e os desafios econômicos do Brasil.

Haddad chamou atenção para o limite prudenCial de elevação dos juros no cenário internacional para que os países não desorganizem suas economias, o que geraria mais dificuldade para buscar o centro das metas de **inflação** no curto prazo, e destacou a robustez do sistema financeiro nacional.

"Temos espaço para, mesmo em uma situação de turbulência internacional, se a gente harmonizar políticas fiscal e monetária, nós conseguimos ancorar e navegar em mares internacionais revoltos porque nossa condição permite isso, vamos ver o tamanho do estrago fora, mas penso que estamos preparados para qualquer cenário."

Haddad também afirmou que a desoneração da folha de pagamentos vai estar na segunda etapa da **reforma tributária**, que discutirá as mudanças no Imposto de Renda.

Mais cedo, Haddad falou que governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha com a perspectiva de votar a **reforma tributária** no Senado entre setembro e outubro, depois de passar pela Câmara entre junho e julho.

Saiba mais sobre a quebra do Silicon Valley Bank

O QUE E O SVB?

o Silicon Valley Bank foi fundado há 40 anos no Vale do Silício, polo tecnológico mundial localizado na Califórnia, e se tornou uma solução para startups. Essas empresas novatas precisam de dinheiro para crescer, mas têm dificuldade para obter crédito nas instituições financeiras maiores. O SVB abocanhou uma grande fatia desse mercado e se tornou o 16° maior banco dos EUA

POR QUE A INSTITUIÇÃO QUEBROU?

Os anos de 2020 e 2021, no auge da pandemia de Covid-19, foram marcados por juros praticamente zerados nos EUA, o que impulsiona investidores a buscarem ativos de risco. Isso elevou o investimento em startups e alavancou o crescimento do próprio SVB. Os depósitos no banco aumentaram 86% em 2021

O jogo começou a virar no ano passado, quando o Fed passou a subir os juros para tentar controlar a maior **inflação** registrada nos EUA em 40 anos.

Como consequência, os investidores deixaram as startups de lado e priorizaram títulos do governo, que são mais seguros e passaram a ter maior rendimento

Para manter suas operações, as empresas começaram a sacar o que tinham no SVB e deixaram o banco em situação delicada. Isso porque a instituição havia apostado alto em títulos de longo prazo.

Eles eram considerados seguros no auge do boom tecnológico, mas, com a alta dos juros, passaram a valer US$ 15 bilhões a menos do que quando o SVB os comprou. Para compensar os saques, o banco vendeu parte desses títulos mesmo com prejuízo bilionário na quarta-feira (8)

Na tentativa de recuperar as perdas, a instituição comunicou que iria emitir ações, o que fez os papéis despencarem 60% na quinta (9)

A falência foi consumada na sexta (10), quando startups e fundos correram para tirar mais dinheiro do banco, e os pedidos somaram US$ 42 bilhões. Assim, os órgãos reguladores do sistema financeiro dos EUA decidiram tomar o controle do SVB

QUAIS FORAM OS PRIMEIROS IMPACTOS DA FALÊNCIA NO MERCADO FINANCEIRO?

O SVB não é um banco de grande porte. Para efeitos de comparação, ele controlava US$ 209 bilhões em ativos, enquanto a maior empresa do setor, o JPMorgan Chase, controla mais de US$ 3 trilhões

A maior preocupação para o sistema financeiro está na possibilidade de que clientes de outros bancos, especialmente os regionais, também corram para

sacar seus depósitos, o que geraria um efeito cascata.

No domingo (12), o banco nova-iorquino Signature, que tem como clientes escritórios de advocacia, teve a falência anunciada

Os movimentos levaram a uma perda de mais de US$ 100 bilhões em valor de mercado por bancos dos EUA nos últimos dias

Nesta segunda (13), ações de instituições financeiras caíram fortemente pelo mundo, e os preços de títulos do governo dos EUA dispararam

COMO AS AUTORIDADES REAGIRAM AO COLAPSO?

No domingo, os EUA anunciaram que todos os clientes do Silicon Valley Bank e do Signature poderão sacar seus depósitos integralmente -havia uma preocupação porque os recursos são cobertos pela seguradora federal até o valor de US$ 250 mil, ou seja, não havia garantia de que clientes que detivessem saldo acima desse valor seriam ressarcidos

O Fed também anunciou a criação de um programa emergencial para instituições financeiras, garantindo que elas possam atenderás necessidades de saques dos clientes. O programa de US$ 25 bilhões oferecerá empréstimos de um ano a bancos, cooperativas de crédito e outras instituições elegíveis

O presidente dos EUA, Joe Biden, elogiou as medidas no domingo e disse estar "firmemente comprometido com a responsabilização dos culpados por essa bagunça e com a continuidade dos nossos esforços para fortalecer o monitoramento e a regulação de bancos maiores"

Nesta segunda (13), Biden disse que o sistema bancário é seguro e que os depósitos estarão disponíveis "quando precisarem"

O plano gerou uma onda de alívio no Vale do Silício, mas ainda há dúvidas sobre o ambiente de financiamento para startups no país

-e cerca de 90% dos clientes da instituição têm depósitos acima do limite do seguro do governo, de US$ 250 mil. Além disso, o SVB ainda não encontrou um comprador. Já as principais criptomoedas se estabilizaram

QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA A TAXA DE JUROS NOS EUA E NO BRASIL?

A falência do SVB levou gestores de fundos a aumentar as apostas de que o Fed deixará as taxas de juros inalteradas (entre 4,5% e 4,75% ao ano) na próxima reunião de política monetária, marcada para este mês. O objetivo seria estabilizar o sistema financeiro global.

Na semana passada, os mercados se preparavam para mais um aumento de 0,5 ponto percentual

Nesta segunda, houve queda nas taxas de juros negociadas nos mercados americano e brasileiro. A expectativa para os juros nos EUA ao final de 2023 recuou de aproximadamente 5,5% para a casa dos 4,5% ao ano

A curva de juros no Brasil já indicava a aposta em um corte na taxa básica na reunião do Copom no final de junho. A expectativa era que o BC ainda manteria a Selic nos atuais 13,75% ao ano nas duas reuniões até lá, em março e maio. Agora, aumentou a aposta em uma antecipação desse corte

DE QUE FORMA O GOVERNO BRASILEIRO TEM REAGIDO À CRISE?

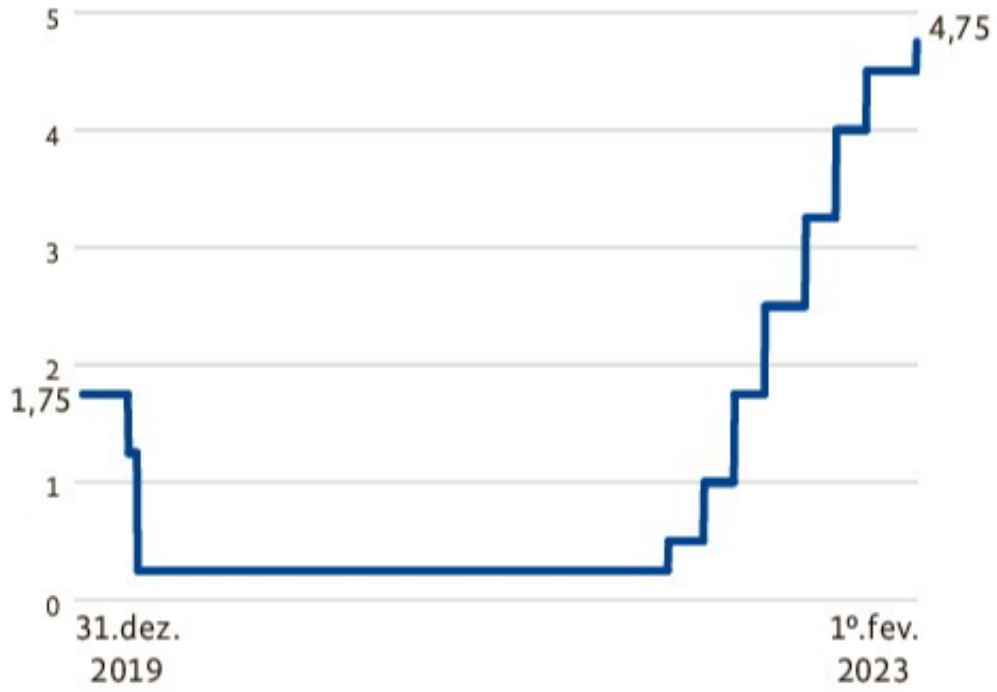
O ministrada Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo ainda avaliava se o BC terá de tomar alguma providência. Embora reconheça a gravidade, Haddad diz que "aparentemente" o episódio não vai desencadear uma crise sistêmica. O ministro, contudo, reconhece que ainda não é possível estimar o tamanho do problema

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50215&maxTouch=0&_ga=2.71402003.1465245165.1678685735-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

A trajetória dos juros nos EUA e no Brasil

Taxas estão em alta nos EUA

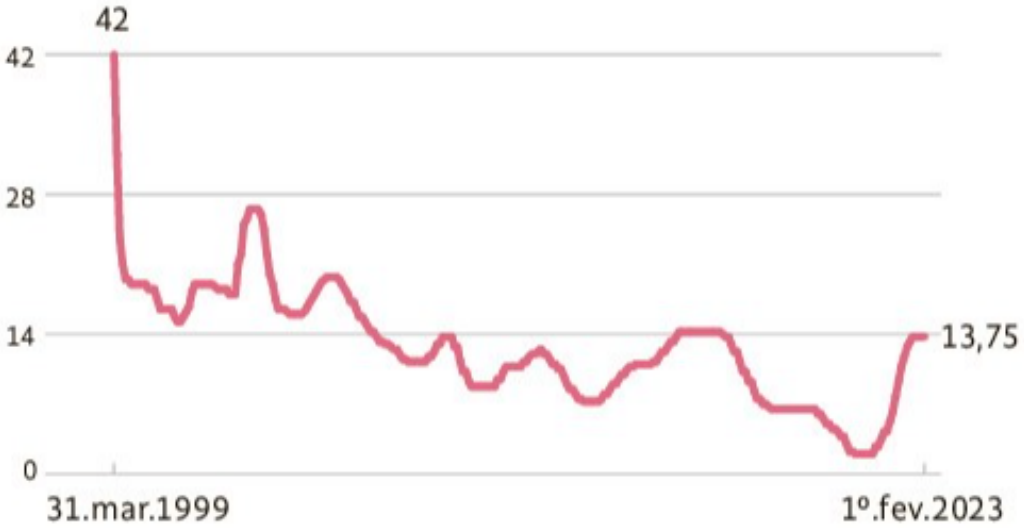
Evolução da taxa alvo do Federal Reserve, em %



Fonte: Bloomberg

Selic parou de subir em setembro de 2022

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Governo dos EUA põe dinheiro na mesa para conter pânico (Artigo)

Agentes do fundo garantidor dos EUA conversam com clientes do SVB (Silicon Valley Bank) em Santa Clara, Califórnia Brittany Hosea-Small/Reuters

Vinícius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard

O cadáver do Banco do Vale do Silício (SVB) nem tinha esfriado quando o governo americano e suas agências resolveram dar um sossega leão no sistema financeiro -ou, pelo menos, tentaram. O tranquilizante cavalar, como de costume, é feito de dinheiro e promessa de dinheiro para quem estiver sob risco de ir à breca.

As providências são sensatas e prudentes, em si mesmas, provavelmente inevitáveis.

Em tese, sob uma perspectiva racional, podem conter o pânico, embora o futuro de pânicos, por definição, não caiba em prognósticos racionais. Se as pessoas deixam de acreditar que o dinheiro delas está a salvo nos bancos, ele desaparece, os bancos quebram.

Além do mais, as medidas do governo dos EUA devem ter implicações para a política de juros do Fed, do Banco Central deles, e, por tabela, para o BC do Brasil também. As primeiras decisões, no Brasil e nos EUA, ocorrem na semana que vem.

Antes de mais nada, registre-se a ironia sinistra de sempre: os ultraliberais investidores do Vale do Silício, que detestam o Estado opressor, pediam intervenção estatal ainda na sexta-feira, quando o banco de startups e de firmas de capital de risco ("venture capital") virou pó. Queriam que o governo ou agências do Estado cobrissem perdas de empresas clientes do SVB, de modo a atenuar o pânico que se espalhava entre depositantes de outros bancos pequenos e médios. Pouco antes de pedirem ajuda, vários deles tinham recomendado a sócios, colegas e compadres que sacassem seus fundos do banco, o que apressou a falência do SVB.

O que o governo americano anunciou no domingo? Joe Biden disse que vai fazer "o que quer que seja necessário", frase que ressurge a cada crise financeira deste século.

O fundo garantidor de créditos deles, o Fdic, cobre perdas de quem tem depósitos de até US$ 250 mil em bancos quebrados (aqui no Brasil, a cobertura é de R$ 250 mil). Quem tem mais dinheiro depositado normalmente entraria na fila para receber o seu (se recebesse) depois que os haveres do banco tivessem sido vendidos e repartidos (se sobrasse alguma coisa).

No domingo, anunciou-se que o fundo garantidor de crédito deles, o Fdic, vai cobrir eventuais perdas de todo mundo no SVB e no Signature (falido na segunda), mesmo de quem tinha mais de US$ 250 mil em depósitos. É o grosso do dinheiro que seria perdido no SVB, que tinha muita empresa como cliente.

De onde vai sair o dinheiro? Os bancos vão pagar um extra para o Fdic. É um imposto, na prática. A depender das condições de mercado, essa contribuição adicional pode ser repassada para os clientes. Pode ser um custo pequeno para se evitar novas corridas (saques) contra bancos e, pois, novas quebras.

Por outro lado, o Banco Central deles, o Fed, vai oferecer empréstimos camaradas para bancos que eventualmente tenham problemas, como fez na crise de 2008 e no choque da epidemia de Covid. A receita é a mesma. A escala é menor (pelo menos por enquanto).

Os bancos têm haveres, ativos, como títulos do Tesouro americano (empréstimos para o governo dos EUA). Muito foi comprado quando as taxas de juros eram muito baixas (no auge da epidemia). Isto quer dizer exatamente que o preço desses títulos era alto; perderam valor com a rápida alta da taxa básica de juros, que sobem porque o Fed quer conter a **inflação**.

Se bancos (ou qualquer outro detentor de títulos) não precisam vender tais títulos, não "realizam" o prejuízo,

não perdem dinheiro, embora seus balanços estejam de fato um pouco bichados (seus haveres, a preços de mercado, valem menos do que aparecem nos balanços). O SVB teve de vender seus títulos a fim de cobrir saques de clientes.

O Fed oferece dinheiro emprestado a bancos que poderiam vir a enfrentar o mesmo problema do SVB. Como garantia, recebe aqueles títulos do governo (ou similares) pelo valor de face, por assim dizer, não pelo valor de mercado. Ou seja, no fim das contas, o Fed fica com o risco de desvalorização desses títulos, para resumir uma história um pouco mais enrolada.

Não quer dizer que os bancos vão levar dinheiro, de pronto. Quer dizer que o Fed ficou com o risco de que bancos percam dinheiro do mesmo modo como o SVB, o que foi um detonador da crise. É mais uma tentativa de conter a desconfiança de que mais bancos terão problema idêntico. Não devem ter, ao que parece. O problema no SVB era especialmente grande, foi espantosamente ignorado pela fiscalização e, na verdade, resultou de uma estratégia de investimento entre rudimentar e tola.

O governo não deu dinheiro a ninguém, de imediato ou diretamente. A linha de crédito é uma promessa, uma garantia em caso de problema. Além do mais, acionistas dos bancos quebrados e quem emprestou a eles vão ver seu patrimônio evaporar ou quase isso. No entanto, o Fed continua a bancar um seguro grátis.

Parecem providências sensatas. Em caso de o pânico continuar, com mais quebra de bancos, até saudáveis, quem mais perde é o andar de baixo, como diz o Elio Gaspari. No entanto, mais uma vez e para todo o sempre o Estado comparece ou comparecerá para segurar a barra da finança e ajudar mesmo os libertários de boca para fora. De ruim também, há algum incentivo extra para comportamentos de risco ("moral hazard"). Os ricos deveriam pagar mais para terem um seguro informal dessa espécie e tamanho, o que seria até uma solução liberalzinha. Mas não pagam.

O risco de crise financeira suscitou o debate sobre o futuro da taxa básica de juros nos Estados Unidos. Coisa parecida, em escala muito menor, aconteceu aqui por causa da "crise de crédito" detonada pela fraude nas Americanas e pedidos de recuperação judicial de empresas grandes.

A alta das taxas de juros ajudou a provocar, como de costume, acidentes (a quebra do SVB e o pânico). Até onde a taxa básica do Fed (a dos "Fed funds") pode ir sem causar outros danos?

A crise de confiança, com algum impacto no crédito, pode esfriar um pouco mais a economia dos EUA e, talvez assim, contribuir para o controle da **inflação**. Ou não.

Não há soluções fáceis, até porque o desdobramento da crise ainda é incerto. Os entendidos respeitáveis nos EUA não têm respostas unívocas, nem de longe. De mais sensato, se diz que o Fed pelo menos vai ter de revisar o ritmo de alta de juros. Talvez dar uma parada ou mexer nas taxas bem devagarinho.

Se as medidas anunciadas pelo governo no domingo contiverem o pânico, fica uma cicatriz, mas o Fed poderia se concentrar no problema da **inflação**. Se os problemas se embaralharem (crise de confiança, talvez financeira, e **inflação** persistente), a questão fica mais complicada.

Nas últimas crises do século, rolos financeiros tiveram efeito ruim na economia: o Fed conteve juros (ou os talhou sem dó) e não se viu **inflação**. Mas, desta vez, pode ser diferente. Não se via **inflação** tão alta assim havia mais de quatro décadas.

O problema no Brasil é similar. O aperto no crédito (alta de "juros do BC", seca de crédito por causa de problemas com empresas) pode fazer com que a economia fique ainda mais resfriada. Em tese, haveria menos **inflação**. A taxa básica de juros poderia cair mais e mais cedo.

Era o que os preços no mercado financeiro vinham indicando no primeiro terço de março, aqui no Brasil. Mas, ressalte-se, será preciso saber o que será da **inflação** -e mesmo dos juros nos EUA. Agora, a história ficou mais complicada, pelo menos com mais incertezas, como se acabou de ver.

Pelos primeiros sinais, a tendência seria de queda de juros. As taxas de juros básicas, que definem o custo de financiamento dos governos, despencavam pelo mundo, dos Estados Unidos à Alemanha, inclusive no Brasil. Pode ser uma reação exagerada a uma crise pontual. Mas era o panorama no início da noite da segunda-feira.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50215&maxTouch=0&_ga=2.71402003.1465245165.1678685735-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Mercado já vê inflação em 5,96% no ano, diz Focus

EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

A projeção do mercado para o IPCA neste ano voltou a aumentar, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC), ampliando sua distância em relação à meta fixada para a **inflação**. A estimativa passou de 5,90% para 5,96%. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à **inflação** do BC, a projeção continuou em 4,02% pela terceira semana seguida.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a **inflação** oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (de 4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do BC, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3%), mas ainda dentro do intervalo que vai até 4,50%.

Já a mediana para a alta do **PIB** em 2023 foi de 0,85% para 0,89%. Para 2024, o Focus mostrou estabilidade em 1,50%, mesma projeção há 11 semanas.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Crise bancária nos EUA reabre debate sobre juros

Lu Aiko Otta Brasília

Depois das quebras do Silicon Valley Bank e do Signature Bank, discussões sobre meta de **inflação** e políticas de juro no Brasil não serão mais colocadas na conta do voluntarismo político. Agora o cenário é outro: o risco de a crise se espalhar, que ainda não pode ser descartado, deixa pouco espaço para subir taxas lá fora e aqui. A palavra "prudencial", se referindo a medidas que mitigam riscos sistêmicos, será cada vez mais ouvida.

O Brasil tem espaço para cortar juros, opinou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no "E Agora, Brasil?".

A **inflação** aqui está comportada, frisou. Mais do que na Europa, que tem taxas de juros negativas e comemora o recuo dos índices de preços de 9,2% para 8,5%. Na sua visão, a **inflação** aqui "castiga mais".

Medidas adotadas pelo governo para ajustar as contas, como o pacote de janeiro, cujos efeitos são considerados pelo Banco Central, ajudam a criar aqui uma" gordura" .Nos Estados Unidos, não há muito espaço para elevar as taxas sem elevar o risco de desarranjo da economia.

O Brasil é dos poucos países do mundo que adotam metas de **inflação** e as estabelece conforme o calendário gregoriano, disse Haddad.

Em vários países, os bancos centrais trabalham com prazos que podem ser alongados em momentos como o atual. Isso serve para evitar que, no esforço de atingir a meta, a autoridade monetária imponha sacrifícios exagerados a empresas e famílias, desarranjando a economia.

Há outro ponto a considerar. Doses exageradas de juros podem levar a aumento do desemprego. E esse, sublinhou Haddad, é o caldo de cultura em que florescem os discursos xenofóbicos, os preconceitos e as teses pelo fechamento da economia.

O próprio Banco Central brasileiro vem discutindo a questão do prazo de atingimento da meta. O debate começou há dois anos, ou seja, antes da chegada da atual equipe de governo, comentou o ministro. Estão em análise também detalhes técnicos.

Por exemplo, o que será feito com o intervalo de tolerância.

É uma discussão que precisa ocorrer sem açodamento, frisou Haddad. E que não necessariamente conduzirá à conclusão que a meta de **inflação** precisa ser alterada.

Assim, o debate sobre metas de **inflação** está colocado. Mas, em um contexto totalmente diferente do que se viu em fevereiro, quando a "ala política" e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltaram sua artilharia contra a independência do Banco Central e seu presidente, Roberto Campos Neto.

O que não mudou foi o posicionamento do ministro: o arcabouço fiscal, se bem aceito, produzirá efeitos "infinitamente" maiores na **inflação** e nos juros do que esse debate de meta de **inflação**. A harmonização entre as políticas monetária e fiscal permitirá ao Brasil navegar mesmo em mares revoltos, frisou.

É essa transformação de ambiente de debate que o ministro quer produzir para destravar a **reforma tributária**. Para tanto, ele aposta em seu poder de convencimento.

E cita um exemplo: convenceu os 27 governadores a fechar em R$ 26,5 bilhões, parcelados até 2026, o pagamento de uma conta de R$ 45 bilhões que haviam apresentado em fevereiro. Refere-se às perdas na arrecadação do ICMS provocadas pela desoneração dos combustíveis.

Outro exemplo: considera haver reduzido bastante a resistência de prefeituras de grandes cidades, que não querem a fusão de seu principal tributo, o ISS, com o ICMS. O ministro sustenta que as perdas estimadas por elas não ocorrerão .Explica que o ISS hoje arrecada cerca de R$ 100 bilhões.

As receitas do ICMS, considerando a arrecadação regular e as desonerações, são de R$ 1 trilhão. A cota- parte do ICMS a que os municípios terão direito após a reforma é praticamente o dobro do ISS, disse.

Na reunião com a Frente Nacional de Prefeitos da semana passada, Haddad franqueou aos municípios o

acesso aos números que demonstram suas afirmações. O gesto foi recebido como abertura de diálogo que não existiu no governo passado.

Haverá resistências à **reforma tributária**, reconhece o ministro. Se cada um ficar olhando só para o que pode perder, a reforma não passará.

Se for aprovada, produzirá um forte impacto no crescimento econômico, disse. Ele avaliou que o diálogo caminha bem e ganha torque. Está confiante na aprovação da emenda constitucional neste ano.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187491?page=1&section=1

Efeitos do QE em novo cenário monetário (Artigo)

Maria Clara R. M. do Prado .jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

As discussões em torno da política monetária têm absorvido cada vez mais a atenção de economistas em outros países, muitos deles vinculados ao corpo técnico dos bancos centrais. Ao contrário do debate banal que orienta as opiniões a respeito do tema no Brasil, limitado ao nível da taxa de juros, há no exterior uma preocupação em entender as mudanças ocorridas na economia mundial nos últimos três anos e as necessárias adaptações na forma e na substância da atuação das autoridades monetárias.

Primeiro, vale contextualizar o novo cenário que está a inspirar tanta energia intelectual a respeito das questões relacionadas à moeda.

Muito tem se falado da mudança ocorrida na geopolítica, com a configuração consolidada de duas forças antagônicas, mas nem todos têm a dimensão do que isso significa. Até 2019, a percepção da rivalidade entre os Estados Unidos e a China restringia-se à esfera econômica, representada por uma disputa relacionada a preços e mercados que acabava por reforçar os efeitos benéficos da globalização sobre a **inflação**. O que se tem hoje é um outro panorama: uma acirrada disputa por hegemonia política que deslocou o eixo da atenção do mundo desenvolvido para a preservação de territórios no lugar da abertura além fronteiras.

Obviamente, a guerra na Ucrânia precipitou as iniciativas protecionistas. Por outro lado, a pandemia, como se sabe, criou uma enorme confusão no fornecimento mundial de peças e insumos com limitações na oferta, tornando-a insuficiente para atender à alta demanda a partir do início de 2022.

Livres da covid-19, as pessoas foram inesperadamente às compras em um mundo econômico mais fechado, cheio de gargalos e mergulhado em incertezas políticas. Pegos de surpresa, os BCs têm recorrido ao aumento dos juros para debelar uma **inflação** que se mantem em patamar elevado, mas as complicações vão além disso.

O próprio desempenho dos bancos centrais nos países desenvolvidos pós crise de 2008 ajudou a agravar a situação na medida em que o acúmulo de liquidez alimentada pelo "quantitative easing" (QE) lançado pelo Fed, pelo BCE e pelo Banco da Inglaterra com vistas a amenizar o impacto recessivo, redundou na chamada armadilha de liquidez. Por muito tempo, os poupadores optaram por reter dinheiro ao invés de gastar, um comportamento compatível com juros nominais perto de zero, uma vez que o custo de oportunidade entre acumular renda ou gastar também foi nivelado a zero. Isso comprometeu o famoso "trade-off" que sempre orientou a política monetária, pela qual o nível da taxa de juros real faz com que as pessoas decidam entre consumir hoje ou deixar para amanhã.

Colhe-se agora os efeitos no mundo real do longo período de **inflação** nula, acompanhada por altos preços dos ativos e sua consequente alavancagem. Pode-se dizer que a displicência na concessão do crédito somada ao aumento abrupto das taxas de juros está na raiz da quebra do Silicon Valley Bank (SVB), do Signature Bank baseado em NovaYork,e do Silvergate Capital Corp. com risco de problemas em outros bancos de pequeno e médio porte nos Estados Unidos.

Face às apreensões que tomaram conta de depositantes de outras instituições e para evitar uma corrida às agências, o Fed anunciou no domingo que "vai disponibilizar fundos adicionais para instituições depositárias elegíveis para ajudar a assegurar que os bancos tenham condições de atender as necessidades de todos depositantes". Parece que o sistema

financeiro americano ficou viciado nos aportes de liquidez do Fed.

O fato é que a situação cria um problema adicional no já problemático cenário mundial, pois obriga os Bancos Centrais a operarem a política monetária em uma conjuntura de choque de oferta, com um olho na situação de solvência dos bancos.

Também as empresas são afetadas. No Brasil, há o temor do chamado "credit crunch" - crise de escassez de crédito - com sinais negativos observados em algumas cadeias no varejo. O pedido de recuperação judicial das Lojas Americanas, com uma verdadeira corrida dos bancos para reaverem seus créditos, é o caso local emblemático. O excesso de liquidez criou a falsa impressão de plena abundância a custo praticamente nulo.

Nos quase quatorze anos ininterruptos de expansão monetária com juro perto de zero, a política monetária dos países desenvolvidos funcionou no piloto automático. As expectativas futuras aderiam facilmente aos sinais de baixa **inflação** alimentados pelos BCs.

No mundo de hoje isso não é mais possível. O novo cenário inviabiliza o mecanismo do "forward guidance", pelo qual a autoridade monetária se com- promete com a estabilidade no longo prazo. Até mesmo a desconfiança com a eficácia do sistema de metas de **inflação** tem sido assunto de estudos e das discussões entre os economistas no exterior. De todo modo, os fatos apontam para uma tendência das expectativas de **inflação** se distanciarem das metas dos BCs.

Entre as sugestões em debate está um maior entrosamento entre as políticas monetária e fiscal, que coloca em xeque a ideia até aqui prevalente de que a bem do controle da **inflação** não poderia haver nenhum tipo de interação entre elas. Também há uma preocupação com o pensamento monolítico que dominou a atuação dos bancos centrais nos últimos anos. As autoridades monetárias deveriam considerar as especificidades das economias de seu país e isso, em verdade, é uma resultante da menor influência da globalização. Alguns estudiosos recomendam também uma mudança nos modelos usados de modo a que passem a contemplar os efeitos do choque de oferta sobre os preços.

Ainda é cedo para se saber qual será a política monetária ideal no futuro próximo, mas tudo indica que o papel desempenhado pelas expectativas até aqui tende a ficar em segundo plano.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/editions